



NOVA FCSH

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

A problemática da retroversão de textos de cariz jurídico-políticos por falantes não nativos de inglês, no contexto da Assembleia da República

André Martins Gonçalves

Relatório de Estágio de Mestrado em Tradução

André Martins Gonçalves
“A problemática da retroversão de
textos de cariz jurídico-políticos por
falantes não nativos de inglês, no
contexto da Assembleia da República,
2018

Maio de 2019

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Tradução realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Susana Valdez e Professora Doutora Karen Bennett.

Agradecimentos

Agradeço à Professora Doutora Karen Bennett e à Professora Doutora Susana Valdez por todo o apoio e atenção enquanto orientadoras de estágio, além de toda disponibilidade para orientar o cumprimento do presente relatório.

Gostaria ainda de agradecer à Dra. Teresa Menezes pela formação disponibilizada no estágio e pela integração num ambiente agradável e acolhedor no serviço de tradução da Assembleia da República.

Resumo

A problemática da retroversão de textos de cariz jurídico-políticos por falantes não nativos de inglês, no contexto da Assembleia da República

O presente relatório descreve o estágio de tradução de 400 horas como componente não letiva do Mestrado em Tradução no serviço de tradução da Assembleia da República. O estágio teve como principal objetivo a aplicação das competências em tradução desenvolvidas pelo estagiário durante o Mestrado em Tradução, além de compreender a problemática da retroversão de textos de cariz jurídico-políticos praticada na Assembleia da República por falantes não nativos através do inglês como Língua Franca. Procurou-se compreender as condições nas quais um tradutor não nativo pode traduzir para uma língua não materna e as estratégias adotadas com base no contexto do estágio no serviço de tradução da Assembleia da República.

Palavras-chave: tradução jurídica, tradução institucional, retroversão, inglês como Língua Franca, Assembleia da República

Abstract

The problem with translating legal and political texts by non-native English speakers, within the context of the Assembly of the Republic

This report describes the 400-hour translation internship for the non-academic component of the Masters in Translation at the translation unit of the Assembly of the Republic. It describes how translation competences developed during the Masters in Translation were implemented in this specific context, focusing on the translation of legal and political texts by non-native speakers through English as Lingua Franca. It aims to understand the conditions in which the non-native translator is able to translate onto one language other than their mother tongue and the adopted strategies within the context of the internship at the translation department of the Assembly of the Republic.

Keywords: legal translation, institutional translation, retroversion, English as Lingua Franca, Assembly of the Republic

Índice

Siglas e abreviaturas	i
Índice de Figuras e Tabelas	ii
Introdução	1
Capítulo 1 – A Assembleia da República: caracterização do estágio.....	3
1.1. Caracterização da Assembleia da República	3
1.1.2. O papel da Assembleia da República enquanto instituição Europeia	4
1.2. O Serviço de Tradução	6
1.3 Caracterização do trabalho realizado.....	14
1.3.1 Tipologia de textos trabalhados	17
Capítulo 2 – Tradução institucional e jurídica: reflexões teóricas e estratégias.....	24
2.1. Tradução institucional	24
2.2. Tradução de documentos jurídicos e políticos: problemas de tradução e suas soluções	29
Capítulo 3 – A “retroversão” na Assembleia da República.....	39
3.1. O Inglês como Língua Franca	39
3.2. Tradução de textos para o inglês por falantes não nativos	44
3.2.1. Traduzir para inglês como língua franca na Assembleia da República.....	46
3.3. O processo de revisão na Assembleia da República.....	53
Notas conclusivas	59
Referências bibliográficas	61
Anexos.....	63
Anexo I – Exemplo de tradução: Questionário da CERPDP sobre medidas ambientais	63
Anexo II – Exemplo de tradução: Relatório do Grupo dos Doze Mais, União Interparlamentar, 16 outubro	72
Anexo III – Exemplo de tradução: Legislação sobre o Regulamento das Regras e Procedimentos para Cedência de Espaços da Assembleia da República na Organização de Eventos Promovidos por Entidades Externas (2018)	78
Anexo IV – Exemplo de tradução: Ementa da reunião do Grupo dos 12+ no Funchal (24 setembro de 2018)	86
Anexo V – Exemplo de tradução: Carta para uma Notícia do jornal Público (20 setembro 2018)	87
Anexo VI – Exemplo de tradução: Legislação, Estatutos da ASG-PLP	90
Anexo VII – Exemplo de tradução: Parecer sobre rede transeuropeia transportes pela Comissão de Assuntos Europeus	94
Anexo VIII – Exemplo de tradução: Carta para a AP-OSCE (26 setembro)	102

Siglas e abreviaturas

AR — Assembleia da República

BDTT-AR — Base de Dados Terminológica e Textual da Assembleia da República

DRIPP — Direção de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo

LC — Língua de chegada

LF — Língua Franca

LP — Língua de partida

PE — Parlamento Europeu

TC — Texto de chegada

TP — Texto de partida

UE — União Europeia

Índice de Figuras e Tabelas

Figuras

Figura 1: Organograma dos serviços da Assembleia da República.....	3
Figura 2: Debates sobre assuntos europeus na Assembleia da República.....	5
Figura 3: Formulário para pedidos externos ou não registados, retirada da plataforma interna da Assembleia da República na Intranet.	9
Figura 4: Plataforma de registo de pedidos de tradução retirada da plataforma interna da Assembleia da República na Intranet.	10
Figura 5: Gráfico referente aos tradutores que traduzem da sua língua nativa para uma língua não nativa (IAPTI, 2014: 17).....	42
Figura 6: Gráfico referente ao volume de trabalho que os tradutores recebem para traduções da língua nativa para uma língua não nativa (IAPTI, 2014: 21).	45
Figura 7: Pesquisa do termo “entram em vigor” na memória de tradução interna da Assembleia da República, através do Trados Studio.....	50
Figura 8: Pesquisa do termo “entrar em vigor” no IATE tendo com língua de partida o português e língua de chegada o inglês.	51
Figura 9: Exemplo da expressão "enter into force" presente no Guia do Tradutor (2015).	52
Figura 10: Revisão final de uma Carta – Notícia (20 setembro 2018).	57

Tabelas

Tabela 1: Tradução da autoria do estagiário de um questionário da CERDP sobre a política de saúde mental (24 de outubro de 2018).....	16
Tabela 2: Lista de projetos levados a cabo pelo estagiário no decorrer do estágio na Assembleia da República. Fonte: Tabelas internas de pedidos de tradução do serviço de tradução da AR	18
Tabela 4: Tradução da autoria do estagiário de uma carta de um funcionário interno da Assembleia da República, 20 de setembro de 2018.	22
Tabela 5: Tradução da autoria do estagiário de uma Legislação sobre o “Regulamento das Regras e Procedimentos para Cedência de Espaços da Assembleia da República na Organização de Eventos Promovidos por Entidades Externas”, 2018.	33
Tabela 6: Tradução da autoria do estagiário de um Parecer sobre a rede transeuropeia de transportes da Comissão de Assuntos Europeus, 2018.	35
Tabela 7: Tradução da autoria do estagiário de um Relatório do Grupo dos Doze Mais na União Interparlamentar, 16 outubro.....	37

Introdução

O presente relatório pretende descrever o trabalho realizado durante o estágio de 400 horas como componente não letiva no serviço de tradução da Assembleia da República, além de uma análise crítica da problemática da retroversão de textos jurídico-políticos de modo a compreender os fatores que permitem um tradutor não nativo traduzir para uma língua não materna. O termo “retroversão” é adotado neste relatório dada a sua utilização no serviço de tradução. Apesar da problemática associada ao termo, proveniente da tradição ciceroniana onde o Latim ocupava a posição enquanto língua franca, o termo é utilizado no presente relatório como referência à tradução para Inglês como Língua Franca.

No primeiro capítulo é descrita a instituição na qual o estágio decorreu, bem como uma caracterização da Assembleia da República a nível nacional e internacional, a descrição do trabalho realizado no serviço de tradução e uma apresentação da tipologia dos textos abordados pelo estagiário.

De seguida, no capítulo 2, desenvolve-se a temática da tradução institucional, bem como dos textos político-jurídicos característicos da Assembleia da República. São analisados os desafios enfrentados durante a duração do estágio e as metodologias adotadas pelo estagiário no serviço de tradução ao abordar textos no contexto desta instituição. Numa última fase e como introdução ao último capítulo, é apresentada uma reflexão teórica com base em vários autores como Seidlhofer (2011), Jenkins (2007) e Paradis (2004) sobre a influência do Inglês como Língua Franca, mais concretamente nas instituições europeias.

No terceiro e último capítulo, é abordada a tradução de textos político-jurídicos ao fazer um levantamento teórico dos problemas da tradução para uma língua não materna. Numa segunda instância, é apresentada a metodologia utilizada pelo estagiário no contexto da Assembleia da República, que lhe permitiu a tradução de vários tipos de documentos para uma língua não materna.

É ainda abordado neste capítulo o método de controlo de qualidade utilizado durante o estágio no serviço de tradução para rever as traduções para inglês levadas a cabo pelo estagiário. Numa última instância, é feito um levantamento de todos os fatores que permitiram ao estagiário traduzir para uma língua não materna. Concluem-se ainda os fatores cruciais, com base na experiência do estagiário, que permitem a prática da tradução jurídica por parte de tradutores em formação, sem experiência prévia nesta área de especialidade.

Capítulo 1 – A Assembleia da República: caracterização do estágio

1.1. Caracterização da Assembleia da República

O presente relatório é produto do estágio realizado na Assembleia da República (AR), situada no Palácio de São Bento em Lisboa. O estágio teve uma duração de 400 horas, divididas por quatro meses, com início a 17 de setembro de 2018 e fim a 7 de dezembro do mesmo ano.

Enquanto instituição, a AR representa o órgão legislativo da República Portuguesa e funciona como órgão de soberania num Parlamento unicameral constituído atualmente por 230 deputados subdivididos em vários grupos políticos. A AR detém a competência legislativa para atuar num contexto constitucional, representando todos os cidadãos portugueses. Abaixo é apresentado um organograma atualizado dos serviços da Assembleia da República (ver Figura 1):

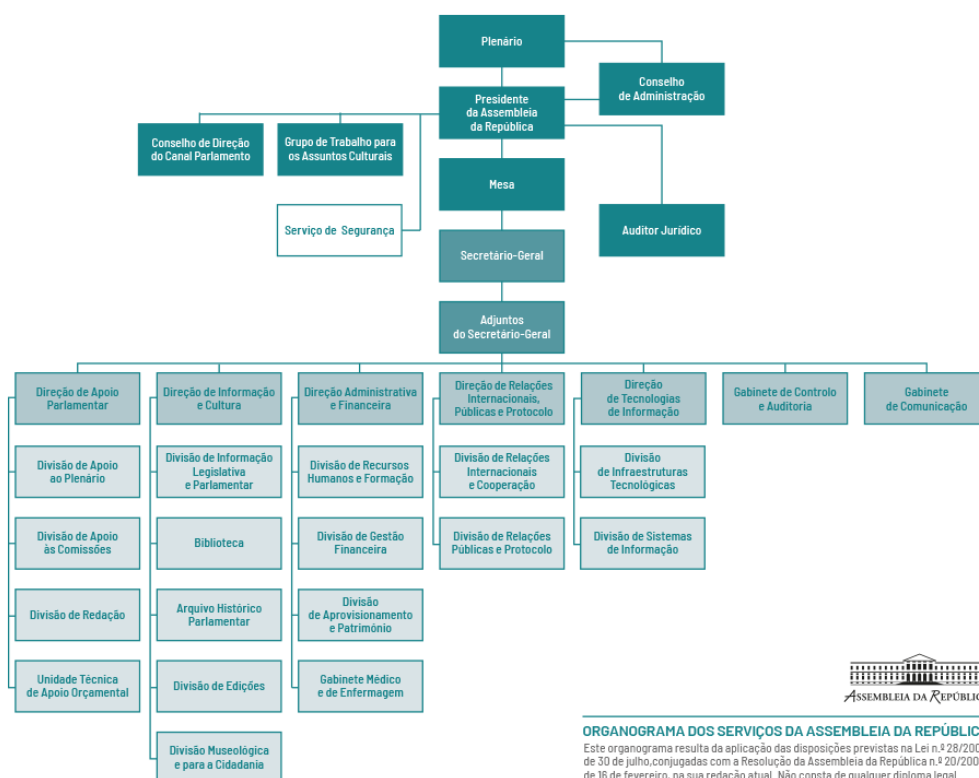


Figura 1: Organograma dos serviços da Assembleia da República.

Fonte: Parlamento (2018)

Em termos estruturais, o órgão central é o Plenário, organizado pelo Presidente da Assembleia da República, seguido pela Mesa, o Secretário-Geral e os Adjuntos do Secretário-Geral, aos quais respondem as várias Direções, subdivididas cada uma em divisões. O serviço de tradução atua sob a tutela da Direção de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo (DRIPP), coordenado pela Dra. Rita Pinto Ferreira. Enquanto instituição representante da soberania portuguesa, detém ainda poderes relativos ao sistema político em função da representação dos cidadãos portugueses. Estes poderes provêm da sua natureza enquanto órgão legislativo, ser a base governamental do Estado português e responsabilidade do órgão Executivo.

Enquanto órgão representante do regime constitucional e em prol de representar os cidadãos do estado português, a AR contém nela diversas correntes políticas cada uma com a sua respetiva representação no parlamento. É de notar que estas variantes políticas não tiveram qualquer influência ao nível do trabalho realizado no decorrer do estágio e o serviço de tradução atua desprovido de qualquer ideologia política. Deste modo, as traduções produzidas no serviço de tradução não favorecem de nenhum modo qualquer partido ou afiliação política e os tradutores não têm em consideração o partido político afiliado ao requerente ou público-alvo da tradução.

1.1.2. O papel da Assembleia da República enquanto instituição Europeia

A AR atua, como mencionado previamente, a nível nacional e serve, primeiramente, os interesses do estado português. É o órgão da soberania portuguesa responsável por assegurar e aplicar o poder legislativo. Enquanto tradutor no serviço de tradução, o estagiário teve em conta este contexto político da instituição e tentou preservar a intenção da instituição (supramencionado). No entanto, a AR faz parte de um contexto internacional europeu, no qual são discutidos os assuntos da UE e de todos os estados soberanos envolventes. Apesar da AR ser uma instituição independente, faz simultaneamente parte de uma instituição coletiva. Com base na experiência do

estagiário, é particularmente importante notar este aspeto sendo que foram exceccionalmente feitas traduções para Inglês como Língua Franca, bem como todos os documentos abordados pelo estagiário terem sido traduzidos para um público-alvo internacional. Esta ideia é reforçada devido à natureza de uma tradução por ocorrer entre duas línguas diferentes ou duas instituições com línguas oficiais diferentes. Embora o Parlamento Europeu tenha uma série de línguas oficiais, assegurado por um vasto serviço de tradução e interpretação a trabalhar em conjunto para transmitir a informação proferida em debates, reuniões, entre outros, o inglês é geralmente reconhecido como língua franca na Europa. O mesmo fenómeno já tinha antes ocorrido com o francês como língua franca no séc. XIX na Europa.

Um estudo levado a cabo por Alice Cunha (2016, PADEMIA: Parliamentary Democracy in Europe) demonstra que entre 1986 e 2015 cerca de 4% de todas as sessões do plenário na Assembleia da República incidiram sobre assuntos europeus. Cunha (2016) concluiu que neste período de cerca de 30 anos, 118 das 2718 sessões do Plenário (ver Figura 2) incidiram sobre discussões sobre Portugal e a sua integração na instituição europeia: “[...] most debates on EU affairs held in the plenary end up mainly focusing on the discussion whether the country should want ‘more Europe’, ‘a better Europe’ or ‘another way for Europe’” (Cunha, 2016: 1).

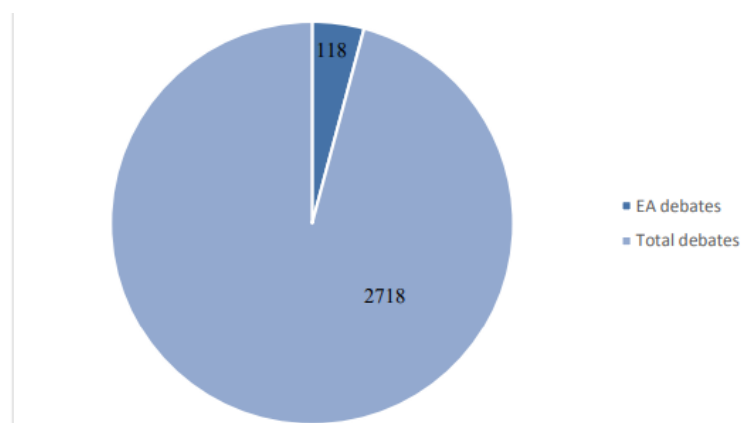


Figura 2: Debates sobre assuntos europeus na Assembleia da República.

Fonte: PADEMIA (2016)

O mesmo também se verifica no sentido em que a União Europeia necessita da aprovação de determinados tópicos discutidos em cada parlamento de cada estado soberano, incluindo a AR. Desde 1991 que Portugal tem participado em todos os processos de integração Europeia principais (Cunha, 2016: 5) e conta hoje com 21 membros no Parlamento Europeu. No âmbito da ligação entre o parlamento português e a União Europeia, a AR conta com a DRIPP para manter as relações públicas internacionais, do qual faz parte o serviço de tradução.

Um exemplo prático resultante da influência de Portugal na UE ao nível da tradução é a revista de tradução portuguesa “a folha¹” publicada trimestralmente na página da Comissão Europeia relativa aos recursos de tradução da UE. A revista conta com lançamentos sazonais por parte de tradutores do Conselho da UE e aborda assuntos atuais e relevantes sobre a teoria de tradução.

1.2. O Serviço de Tradução

A Assembleia da República dispõe de uma série de gabinetes, organizados entre si para proporcionar o melhor funcionamento possível à instituição. Por não se tratar de um estabelecimento vocacionado exclusivamente para a tradução, mas sim de um órgão do estado, a maneira como a tradução é abordada varia. Esta variação é mais notável na forma como as traduções são requisitadas, no público-alvo e nos recursos utilizados. É de notar que o serviço de tradução aborda traduções de assuntos exclusivos à instituição e dos seus funcionários. Distingue-se assim de uma empresa de tradução cujo requerente, o contexto e o público-alvo poderá ser muito mais abrangente e disperso. Tal como referido, o serviço de tradução é regido pela orientação do DRIPP.

Previamente, o serviço de tradução foi orientado pela Dra. Zara Almeida desde 2014 a janeiro de 2018. De janeiro de 2018 o serviço de tradução permaneceu em hiato

¹ Para consultar a revista, visite o link, acedido em 30 de abril de 2019, em: http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/pt_magazine_pt.htm.

até março do mesmo ano, após a saída Dra. Zara Almeida e do Dr. Thomas Williams. Durante este período todos os pedidos de tradução foram feitos a empresas externas. Aquando da transferência da Dra. Teresa Menezes para o serviço de tradução como tradutora de francês para português e francês para português, tal mudou. O Dr. Thomas Williams trabalhou ainda como freelancer para a instituição após a sua saída do serviço de tradução. A setembro do mesmo ano, o serviço de tradução contou com a adição de uma segunda tradutora com o par de línguas português e inglês e, mais tarde, no mesmo mês com o estagiário com o mesmo par de línguas. O estagiário foi integrado neste serviço durante três meses e teve contacto principalmente com os restantes funcionários do DRIPP.

Desde setembro de 2018 até fevereiro de 2019 os pedidos externos contaram com a seguinte distribuição de trabalho: inglês para árabe (42%), português para árabe (25%), português para alemão (17%,) inglês para alemão (8%) e russo para inglês (8%). Como o português, francês e inglês são as línguas de chegada com maior afluência, todos os projetos que requeiram uma língua de chegada diferente das mencionadas são pedidos a empresas ou tradutores externos. Cabe ao serviço de tradução organizar tanto os projetos internos como os externos até à sua entrega ao cliente. Após ser apresentado um pedido de tradução, toda a responsabilidade de cumprimento do projeto recai sobre o serviço, incluindo pedidos de grande urgência, assim como a gestão de projetos extensos. Entre os vários tipos de texto trabalhados no estágio destacam-se os seguintes: cartas, questionários, pareceres, legislações, ementas e currículos, os quais serão abordados separadamente no ponto seguinte. O processo de tradução difere entre os tradutores e está sujeito a diferentes abordagens conforme a tipologia do texto, o seu volume de palavras e a sua urgência.

O processo de tradução nasce da necessidade do requerente, qualquer funcionário da AR no contexto da instituição, requerer um texto numa língua diferente da língua de partida. Como supramencionado, este pedido pode originar de qualquer membro da AR cujo contexto seja relevante à instituição. Um exemplo mais concreto são as ementas, cuja tradução é requisitada quando um evento ocorre ou o currículo de

um membro interno da Assembleia para efeitos internacionais, um embaixador, um deputado ou uma figura internacional que fará uma visita à instituição.

O serviço de Tradução utiliza uma plataforma interna na intranet no qual recebe todos os pedidos de tradução. Estes pedidos são feitos pelos diversos funcionários da Assembleia da República, desde Diretores de Divisões, Comissões ou qualquer funcionário da AR no contexto parlamentar. Os pedidos são, então, registados na plataforma pelos funcionários do serviço de tradução, bem como em tabelas internas que discriminam as línguas de partida e de chegada, o número de palavras, a data de entrega, o tipo de documento e os documentos de apoio inclusos. Um pedido de tradução é registado por um funcionário da AR na plataforma interna. Ocasionalmente, o funcionário poderá enviar um pedido diretamente a um dos membros do serviço de tradução por e-mail, por chamada ou pessoalmente. Nestes casos, um dos membros do serviço de tradução fará o registo manualmente na plataforma.

Passa-se então à fase de preparação prévia à tradução. Este processo tem primeiramente em conta o par de línguas do pedido de tradução. A língua de chegada (LC) irá determinar se o pedido é externo ou interno, sendo que traduções para português, inglês, espanhol ou francês serão sempre pedidos internos, uma vez que os tradutores internos atualmente dominarem estes pares de línguas. Excecionalmente, se o prazo de entrega for impossível de cumprir devido à carga de trabalho, o pedido é feito a uma empresa externa ou tradutor freelancer. Quando o par de línguas é diferente das pertencentes aos tradutores internos, é também feito um pedido externo, que por sua vez é registado numa plataforma semelhante (ver Figura 4), contudo só acessível aos tradutores internos (ver Figura 3):

Número de Pedido:	341/2018
Organização:	Serviços da AR
Entidade:	GAB SG
Nome:	
Telefone:	14216
Fax:	
E-mail:	@ar.parlamento.pt
Forma:	Intranet
Tipo de Trabalho:	Tradução
Tipo de Documento:	Legislação
Nome do Documento:	LEG estatutos ASG-PLP
Número de Páginas:	2
Língua Fonte:	Português
Língua Alvo:	Inglês
Data de Pedido:	2018-11-21 12:03
Data de Conclusão:	2018-11-21
Prazo:	Prazo: 2018-11-27 12:00 (hh:mm)
Documento Original:	Ficheiro anexo Anexar ficheiro
Textos de Apoio:	Anexar ficheiro
Texto Traduzido:	Anexar ficheiro
Objectivo/Observações:	sem custos
Modificado por:	
Tradutor Interno:	RS
Tradutor Externo:	(Seleccionar)
Estado:	Em tradução

Figura 3: Formulário para pedidos externos ou não registados, retirada da plataforma interna da Assembleia da República na Intranet.²

O pedido é ainda registado numa tabela interna em Excel para fins logísticos anuais (ver Tabela 1). Este registo pode ocorrer no início, durante ou até depois de a tradução estar concluída e é feito pelos membros do serviço de tradução. Ao requerer uma tradução, o funcionário interno deve aceder à plataforma da intranet e classificar o seu pedido segundo os seguintes campos (ver Figura 2):

AR@Net ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Pedidos ao Núcleo de Tradução do GARIP

Novo Pedido

Nome:	Nome do tradutor
Extensão:	00000
E-mail:	e-mail do tradutor
Entidade:	DRIPP
Tipo de Trabalho:	(Seleccionar)
Tipo de Documento:	(Seleccionar)
Língua Fonte:	(Seleccionar)
Língua Alvo:	(Seleccionar)
Data de Pedido:	2018-11-26 00:00
Prazo:	(hh:mm)
Objectivo/Observações:	

Nota: Os ficheiros são anexados após clicar no botão gravar

² Reproduzido com o consentimento da Dra. Teresa Meneses.

Figura 4: Plataforma de registo de pedidos de tradução retirada da plataforma interna da Assembleia da República na Intranet.³

Após classificado o pedido de tradução, é selecionado o tradutor com base no par de línguas, sendo que se for de francês para português ou português para francês é atribuído à Dra. Teresa Meneses, ou se for de inglês para português ou português para inglês era atribuído à Dra. Raquel Salvador e ao estagiário. Dado o objeto de estudo do presente relatório ser a “retroversão” de textos de cariz jurídico-políticos por falantes não nativos de inglês, as traduções para inglês foram primeiramente atribuídas ao estagiário enquanto as traduções de inglês para português foram sempre atribuídas à Dra. Raquel Salvador, encarregue também pelas restantes “retroversões”.

Após estabelecido o tradutor, a tradução é priorizada conforme a data limite de entrega. Em certos casos, a prioridade dos documentos depende da importância determinada pelo requerente e na qual o processo de revisão seja mais demorado ou extenso. Exemplo disso são pareceres, legislações, decretos e atas que contêm, por norma, o maior número de palavras. Dada a natureza mais formal, bem como a terminologia especializada e a extensão destes documentos, estes eram primeiro avaliados em termos de dificuldade e depois atribuídos, quando para inglês, ao tradutor com correspondente experiência. Quando requisitada a uma empresa ou tradutor externo, os tradutores internos são responsáveis por assegurar a qualidade da tradução e que esta é entregue até à data limite (tema explorado no subcapítulo 3.2. Controlo de qualidade).

Os pedidos de emergência, embora raros, requerem por vezes um esforço conjunto de dois tradutores, no caso do par de línguas português-inglês e de inglês-português. Este esforço envolve a tradução por parte de um dos elementos e depois uma autorrevisão⁴. Por pedidos de urgência entendem-se todos os pedidos recebidos

³ Reproduzido com o consentimento da Dra. Teresa Meneses.

⁴ Neste trabalho, para autorrevisão adota-se a seguinte definição: “[...]in self-revision, in that the translator can divide translation tasks in various ways between the drafting and revising stages. Second, the quality-control procedure for identifying problems may be very elaborate and time-consuming because the work of several different individuals has to be evaluated on a fairly objective and consistent basis, or because a translation organization wants a detailed analysis of the weaknesses and strengths of its product. Revision does not have such aims, and there is a more limited amount of time available—

cujas data de entrega fosse no mesmo dia ou hora e cuja extensão excedesse a produtividade diária expectável.

Depois de classificado o pedido e atribuída a tradução, o tradutor avalia o documento, fazendo uma primeira leitura, acompanhada de um levantamento de dúvidas. É de notar que, devido às datas de entrega serem, por vezes, próximas da data de receção e do serviço de tradução contar apenas com três membros, a fase de preparação é irregular. É importante ainda reparar que cada tradutor tem o seu processo pessoal e este relatório irá focar-se principalmente no processo de tradução do estagiário.

Relativamente à ferramenta de tradução utilizada pelos tradutores internos da AR, é utilizado desde 2004 o SDL Trados Studio, que conta atualmente com uma memória de tradução interna alimentada ao longo dos anos por uma tradutora nativa portuguesa (Dra. Zara Almeida) e um tradutor nativo inglês (Dr. Thomas Williams, ex-aluno do Mestrado em Tradução da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa e autor do relatório: Contribuições para a criação e implementação de um sistema de controlo de qualidade das traduções na Assembleia da República). Este tema será abordado no capítulo terceiro deste relatório, relacionado com o processo de “retroversão” na AR.

O gabinete conta atualmente com três computadores equipados, cada um com uma licença do SDL Trados 2015. É através desta ferramenta de tradução, aliada de uma memória de tradução bem construída e de longa data, que a Assembleia da República mantém a consistência terminológica e um rigor uniforme nas suas traduções. A memória de tradução foi também um elemento importante para a tradução de textos para inglês, tema que será explorado mais à frente neste relatório (Capítulo 2, Problemas de tradução e metodologias utilizadas). Dicionários bilingues da Porto Editora Português-Inglês e Inglês-Português de 80 000 entradas e glossários online como foi o caso da Infopédia⁵, fazem também parte dos recursos ao dispor dos tradutores internos.

time during which problems must be not only identified but also resolved. The approach must therefore be more subjective and less detailed.” (Mossop, 1982: 6).

⁵ Infopédia, acedido em 30 de abril de 2019, em: <https://www.infopedia.pt/>

As principais fontes de termos e textos análogos são a IATE⁶ e o Eur-Lex⁷ respetivamente. A IATE conta com uma vasta coletânea de termos de natureza institucional, alguns dos quais provenientes da AR e é a base de dados terminológica oficial da UE. É igualmente utilizada por outras instituições da UE, estabelecendo uma uniformidade terminológica entre estas. A IATE permite um acesso fácil através de termos ou expressões a textos análogos ao TP.

O Eur-Lex atua como uma fonte direta ao repositório do PE, ao Jornal Oficial da UE, à jurisprudência interna da UE, bem como a todos os documentos de acesso público da instituição. Dado o contexto institucional da maior parte do *corpus* do Eur-Lex, provou-se útil para clarificar termos em diferentes contextos. Além de contar com atualizações diárias, o repositório do Eur-Lex, tal como a IATE, permite uma uniformização da terminologia utilizada pelas instituições europeias, das quais a AR faz parte e contribui como fonte do português Europeu. O Eur-Lex demonstra ser particularmente prático na tradução de Legislações, que anualmente sofrem alterações em artigos e capítulos, embora permanecendo iguais na sua vasta maioria de cláusulas, permitindo a reutilização dos artigos não alterados.

A AR dispõe ainda de uma base terminológica online, de acesso público, que permite um melhor controlo de qualidade e coerência dos termos já estabelecidos pela AR. A Base de Dados Terminológica e Textual da Assembleia da República (BDTT-AR⁸) foi criada em 2005 pela Dra. Zara Soares de Almeida (ex-aluna da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Faculdade de Letras) do antigo serviço de tradução do Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo da AR juntamente com o Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa. Este projeto foi desenvolvido no âmbito da dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem da Dra. Zara Almeida⁹. Conta com três línguas,

⁶ IATE (Inter Active Terminology for Europe), acedido em 30 de abril de 2019, em: <https://iate.europa.eu/home>

⁷ Eur-Lex, acedido em 30 de abril de 2019, em: <https://eur-lex.europa.eu/homepage.html?locale=pt>

⁸ BDTT-AR, acedido em 30 de abril de 2019, em: <http://clunl.fcsh.unl.pt/recursos-em-linha/base-de-dados-terminologica-e-textual-da-assembleia-da-republica/>

⁹ ALMEIDA, Zara Soares de (2008) Terminologia jurídico-parlamentar combinatórias terminológicas e equivalência na base de dados terminológica e textual da assembleia da república – BDTT-AR, Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas- Universidade Nova de Lisboa.

sendo estas o português, inglês e o francês, coincidindo também com os pares de línguas internos. Além de base terminológica, a base textual dispõe ainda do contexto de cada termo, permitindo ao tradutor um acesso rápido e inequívoco dos termos em contextos práticos presentes em estatutos de acesso público. Durante o estágio e até ao momento da publicação do presente relatório, a BDTT-AR não foi atualizada por nenhum dos membros do serviço de tradução.

Por último, tal como supramencionado, são utilizados como fontes auxiliares, dicionários internos (Porto Editora), dicionários em linha (Priberam e Infopédia), especialistas (funcionários internos da AR, nomeadamente os chefes das Divisões), quando necessário, e comunidades de tradução (ProZ foi a única consultada durante a duração do estágio na AR).

Em suma, no ano de 2018 foram recebidos cerca de 343 pedidos de tradução e/ou revisão, num total de 1568 páginas. Os principais tipos de texto traduzidos são: CV, cartas, programas, atas, questionários e discursos. Os assuntos mais abordados nas traduções são relativos ao Grupo dos Doze Mais, com cerca de 40 pedidos e 140 páginas, UIP¹⁰ com 15 pedidos, 150 páginas e responsável pelo projeto de maior dimensão, o livro sobre princípios comuns de apoio parlamentar e a CERDP¹¹ com 12 pedidos e 63 páginas. É ainda importante notar que as traduções de português para inglês representam 46% dos pedidos anuais, seguidas pelos pedidos de tradução de português para francês (26%), pedidos externos cujo par de línguas não é partilhado por nenhum dos tradutores internos (16%) e, por último, de inglês para português (12%).

¹⁰ UIP - União Interparlamentar, organização a nível internacional representante dos parlamentos dos Estados soberanos.

¹¹ Centro Europeu de Pesquisa e Documentação Parlamentar fundado em junho de 1977 é uma comunidade de saber parlamentar e um instrumento útil na cooperação interparlamentar e na troca de informações.

1.3 Caracterização do trabalho realizado

O estagiário foi orientado pela Dra. Teresa Meneses, tradutora interna responsável pelas traduções e “retroversões” de francês e espanhol. Foi, por esta, oferecido esclarecimento sobre os procedimentos internos da Assembleia da República, ferramentas úteis de verificação de terminologia do Parlamento e uma visita guiada do espaço. Todos os projetos de tradução realizados durante o estágio contaram com a revisão da Dra. Raquel Salvador (Mestre em Tradução da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), tradutora com o par de línguas inglês e espanhol.

Durante o estágio, o estagiário traduziu vinte e dois textos diferentes, dos quais todos tiveram o português como língua de partida e o inglês como língua de chegada, à exceção de um programa (ICFP 2018), traduzido de inglês para português europeu. Ao todo, foram traduzidas e revistas 27.851 palavras distribuídas por 94 páginas.

Como mencionado, todos os tipos de texto trabalhados durante a duração do estágio serão abordados adiante com os seus respetivos contextos, público-alvo e requerente (1.3.1 Tipologia de textos trabalhados).

No decorrer do estágio na AR, o estagiário acompanhou todo o processo de tradução, excluindo a sua receção e registo do pedido, bem como a sua entrega ao requerente. Estas tarefas eram levadas a cabo pelas restantes tradutoras internas do serviço de tradução. Além das traduções foi ainda possível auxiliar o serviço de tradução na organização interna dos documentos e prazos de execução dos trabalhos, auxiliar no processo de revisão e participar em apresentações internas sobre o serviço de tradução da AR a um grupo de estudantes universitários. Enquanto membro do serviço de tradução, o estagiário pode participar nestas tarefas, especialmente em períodos de menor volume de traduções. A organização interna dos documentos passou por categorizar os pedidos de tradução e preencher tabelas internas para os efeitos de estatística do serviço de tradução. O estagiário participou ainda em reuniões sobre assuntos internos relativos ao serviço de tradução, dos quais constaram projetos de

tradução propostos por investigadores externos (os quais não serão mencionados no presente relatório por motivos de privacidade). As apresentações sobre o serviço de tradução e organização a académicos de uma faculdade ocorreu no âmbito de informar os mesmos sobre a organização interna do serviço e do modo como a tradução é abordada na AR.

Na experiência pessoal do estagiário, o primeiro passo da fase de pré-tradução passa por uma pesquisa de documentos semelhantes ao TP em repositórios europeus. Dada a natureza dos textos ser maioritariamente política e jurídica, muitos dos documentos previamente traduzidos adotam uma construção frásica análoga, característica do inglês, priorizando a voz passiva. Os documentos assemelham-se ainda ao adotarem a terminologia especializada traduzida no TC, bem como as expressões já consagradas no âmbito institucional da LC (2.2. Tradução de documentos jurídicos e políticos: Problemas de tradução e suas soluções).

Embora raro, em certos casos o tradutor escolheria um texto análogo, caso a sua correspondência ao TP fosse pertinente e faria um alinhamento com o TC. Exemplos (ver Tabela 1):

	Questionário da CERDP sobre a política saúde mental, 24 de outubro de 2018	Estatutos da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP), 21 de novembro de 2018
TP	É criada uma comissão para acompanhamento da execução do disposto no presente capítulo, seguidamente designada por «comissão».	É instituída a Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP), adiante designada por Associação.

TC	Establishment and functions: A committee is established to monitor the implementation of the provisions of this chapter, hereinafter referred to as “committee” .	The Association of Secretaries-General of Portuguese-Speaking Parliaments (ASG-PLP) shall be established and is hereinafter referred to as “the Association” .
----	--	---

Tabela 1: Tradução da autoria do estagiário de um questionário da CERDP sobre a política de saúde mental (24 de outubro de 2018).

Neste exemplo de dois documentos distintos traduzidos pelo estagiário, é possível verificar a utilização da expressão “hereinafter referred to as” para duas expressões distintas no TP em português. Esta expressão em particular teve um uso recorrente nas traduções de cariz jurídico, como verificado pelo estagiário (ver o texto completo no anexo I).

Enquanto estagiário, foi possível acompanhar a heterorevisão dos textos da outra tradutora interna com o mesmo par de línguas. Esta ficou encarregue da maioria das traduções e das restantes “retroversões” que, dada a sua vasta experiência na qualidade de tradutora do Parlamento Europeu, foi de grande utilidade enquanto revisora e fonte de terminologia institucional.

A tradução dos textos foi feita segundo a abordagem descrita por Susan Šarcevic (1997: 3), por sua vez apoiada na crítica à teoria *skopos*¹² (Vermeer, 1978). Esta abordagem defende que devido à natureza juridicamente vinculativa dos textos institucionais é, geralmente, acordado que a mensagem do texto deve ser priorizada em detrimento da estrutura do texto. No entanto, apesar de não existir um consenso na literatura relativamente à estratégia mais apropriada para a tradução de textos jurídicos, a tradução literal¹³ do texto de modo a melhor vincular a mensagem de forma clara, nem sempre foi possível. Este tópico, contudo, será problematizado juntamente

¹² Neste contexto a teoria de *skopos* é entendida tal como definida por Schäffner: “From this postulate, he derives the Skopos rule: Human action (and its subcategory: translation) is determined by its purpose (*skopos*), and therefore it is a function of its purpose” (Schäffner, 1997: 236).

¹³ Neste contexto, entende-se tradução literal como: “Literal, or word for word, translation is the direct transfer of a SL text into a grammatically and idiomatically appropriate TL text in which the translators’ task is limited to observing the adherence to the linguistic servitudes of the TL” (Vinay and Darbelnet, 1995: 33).

com as diferentes abordagens adiante no capítulo 2.2. referente à tradução de textos jurídicos.

Por fim, como supramencionado, o processo de revisão contou sempre com o auxílio da outra tradutora interna com o mesmo par de línguas. Quando terminada a tradução, o texto era autorrevisto, pelo menos, duas vezes pelo estagiário e as alterações eram devidamente registadas. Quando possível, a revisão não era feita imediatamente após a conclusão da tradução de modo a permitir alguma distância do estagiário à sua tradução para melhor identificar erros. Em casos excepcionais, como pedidos de grande urgência, a revisão era feita de imediato, juntamente com a outra tradutora.

1.3.1 Tipologia de textos trabalhados

O serviço de tradução serve todos os órgãos e funcionários internos da AR, o que implica uma variedade considerável entre a finalidade da tradução e do público-alvo. Devido a esta variedade, os pedidos de tradução podem oscilar entre um documento jurídico como é o exemplo das legislações, ou um documento informativo como por exemplo, a tradução de uma carta. A plataforma interna de pedidos de tradução abrange dezasseis tipos diferentes de texto, sendo estes: apresentações, cartas, catálogos, CV, discursos, ementas, exposições, legislações, livros, notas técnicas, pareceres, programas, questionários, relatórios, sites e outros. Durante a duração do estágio, o estagiário traduziu cerca de sete cartas, uma ementa, um parecer, duas legislações, quatro questionários no âmbito da instituição, um programa de visita num contexto internacional (sendo a única tradução de inglês para português), a apresentação em Powerpoint de um decreto para o Secretário-Geral Adjunto, um CV de um membro interno da AR e seis relatórios de conferências (ver Tabela 2).

Documento	Título	Páginas	Data		Tradução/ Revisão	Número de palavras
			Entrada	Saída		
Carta	Notícia para o jornal Público	2	18/09/2018	20/09/2018	Tradução	541
Ementa	Reunião 12+, Funchal	1	20/09/2018	21/09/2018	Tradução	99
Carta	AP-OSCE	1	26/09/2018	27/09/2018	Tradução	2583
Parecer	CAE rede transeuropeia transportes	5	27/09/2018	28/09/2018	Tradução	927
Questionário	CERDP proteção estatal	3	02/10/2018	04/10/2018	Tradução	826
Legislação	Regulamento organização de eventos	3	08/10/2018	12/10/2018	Tradução	1098
Decreto	Uma nova legislatura, ASGP	9	09/10/2018	10/10/2018	Revisão	9 slides
Questionário	Instalações AR	3	18/10/2018	22/10/2018	Tradução	1534
Questionário	CERDP política saúde mental	5	24/10/2018	26/10/2018	Tradução	1200
Questionário	CERPD medidas ambientais	4	25/10/2018	29/10/2018	Tradução	1362
Carta	PCOM Defesa Nacional	1	29/10/2018	30/10/2018	Tradução	88
Programa	Evento ICFP 2018 kigali	2	30/10/2018	31/10/2018	Tradução	294
Carta	Correspondência do Deputado ____ ao agradecimento visita do Irão	1	31/10/2018	05/11/2018	Tradução	184
CV	CV de um Funcionário Interno	8	02/11/2018	06/11/2018	Tradução	1908
Carta	GPPsPD convite FNUAP	2	12/11/2018	13/11/2018	Tradução	217
Relatório	Reunião Grupo dos 12+, 12 out	4	14/11/2018	20/11/2018	Tradução	887
Relatório	Reunião Grupo dos 12+, 13 out	9	14/11/2018	20/11/2018	Tradução	2371
Relatório	Reunião Grupo dos 12+, 15 out	3	14/11/2018	20/11/2018	Tradução	607
Relatório	Reunião Grupo dos 12+, 16 out	3	14/11/2018	20/11/2018	Tradução	670
Relatório	Reunião Grupo dos 12+, 18 out	4	14/11/2018	20/11/2018	Tradução	1005
Relatório	Reunião Grupo dos 12+, 24 set	16	19/11/2018	23/11/2018	Tradução	8539
Carta	Convite MINUSCA	1	20/11/2018	20/11/2018	Revisão	138
Legislação	Estatutos ASG-PLP	2	21/11/2018	27/11/2018	Tradução	556
Carta	Convite orador AP-UpM	1	26/11/2018	26/11/2018	Tradução	226

Tabela 2: Lista de projetos levados a cabo pelo estagiário no decorrer do estágio na Assembleia da República.

Fonte: Tabelas internas de pedidos de tradução do serviço de tradução da AR

Como abordagem a cada tradução, o estagiário optou por uma classificação prévia do tipo de tradução a utilizar segundo o modelo proposto por Christiane Nord (1989). Este contributo para a teoria da tradução, com ênfase nos aspetos pragmáticos da tradução, é aplicado de forma prática neste relatório à tradução jurídica. A autora esclarece então que existem dois tipos principais de tradução sendo estas: tradução documental e tradução instrumental.

In my terminology, I distinguish between “documentary” and “instrumental” translation. [...] I do not propose that one of the two types is generally “better” or “more appropriate” than the other. It all depends on the translation brief or, to be more exact, on the conclusions the

translator draws from the brief or information they receive from the client about what kind of audience the translated text is addressed to and which purpose or purposes it is supposed to fulfil. (Nord 1997: 142)

A autora define a tradução documental com um documento cujo objetivo é servir primeiramente a cultura de partida na medida em que estabelece uma comunicação entre o autor do TP e o público-alvo do TC (Nord 1997). Neste tipo de tradução, opta-se por manter os aspetos dos TP, através da tradução literal e de estrangeirismos, de modo a preservar os aspetos característicos da cultura de partida. Deste modo, a tradução documental explica as funções do TP ao público-alvo do TC. Apesar de ser um tipo de tradução principalmente literal, a tradução documental o tradutor é visível ao introduzir notas explicativas, paráfrases ou explicitações, de modo a tornar a informação mais perceptível para o público-alvo. Exemplo disso são as traduções das ementas, onde a paráfrase foi utilizada de modo a clarificar os vários ingredientes de uma receita regional, ou no caso das legislações onde foi necessário acrescentar elementos textuais explicativos em certos artigos de modo a remeter a elementos legais da cultura de partida (Exemplo apresentado no capítulo 2.2., na Tabela 4).

Por sua vez, Nord (1997) define a tradução instrumental como um “instrumento” de comunicação que transmite a mensagem do TP para o TC sem que o público-alvo tenha noção de que a tradução foi previamente utilizada como ato comunicativo noutra cultura/situação. As traduções instrumentais servem o propósito de serem aplicadas na cultura de chegada como documentos independentes de qualquer norma referente à cultura de partida. Deste modo, o TC é reescrito conforme as normas da cultura de chegada, resultando numa tradução independente, desprovida dos elementos da cultura de partida. Em comparação, a tradução instrumental utiliza estratégias de domesticação do TP onde o TC é traduzido fluentemente na LC de modo eliminar quaisquer elementos de estranheza no público-alvo (Venuti, 1998).

É ainda importante referir que esta classificação prévia do tipo de texto provém da competência textual¹⁴ adquirida pelo estagiário e a qual foi crucial para uma boa avaliação do tipo de texto e da abordagem mais apropriada para o mesmo, como teorizado por Zainurrahman (2010:4). Esta distinção do tipo de texto provou ser útil na decisão da estratégia de tradução a ser implementada, particularmente na distinção entre textos jurídicos ou para-jurídicos e da tradução instrumental ou documental (Nord, 1997) respetivamente.

Durante o estágio, embora todos os textos trabalhados pelo estagiário tenham sido traduzidos no contexto político-legislativo inerente à instituição de acolhimento, nem todos os textos trabalhados foram jurídico-políticos. Nesta secção são então abordadas as traduções instrumentais, como descrito por Nord (1997), trabalhadas pelo estagiário enquanto que no capítulo 2.2 serão descritas as traduções documentais de todos os textos concretamente jurídicos, sendo o foco da análise do presente relatório. Dada a abordagem mais funcionalista à tradução de ambos os autores, o estagiário variou entre opções de tradução instrumental e documental. Entre os vários problemas encontrados na tradução instrumental destacam-se problemas terminológicos, problemas de estrutura frásica e registo, problemas de coerência na terminologia institucional e problemas relacionados com o âmbito cultural do texto de chegada, bem como o público-alvo de cada documento.

Entre as várias traduções instrumentais destacam-se os currículos, textos cujo ênfase incide em descrições de certas funções. O problema de tradução neste tipo de texto é sobretudo linguístico, sendo que conforme a estrutura frásica adotada e a forma como é descrito cada cargo, esta pode ou não influenciar a sua importância atribuindo mais ou menos prestígio a cada função. Como estratégia de tradução, o estagiário teve em conta a função de tornar o texto na LC mais perceptível, criando as devidas pausas, a

¹⁴ Neste relatório é adotada a definição de competência textual tal como teorizado por Zainurrahman como: "Textual competence is knowledge of regularities and convention of texts, genres and text types. It is important to distinguish texts; this is closely related to how a text is translated." (Zainurrahman, 2010:4).

paráfrase de maneira a melhor expor a importância de um determinado cargo ou local de trabalho na LC e a compensação de modo a atingir o mesmo efeito. Alguns exemplos concretos da diferença de prestígio prendem-se no nome do cargo ou função ocupada pelo indivíduo.

Em semelhança, os questionários traduzidos são documentos compostos por uma linguagem técnica e prática. O documento tem frequentemente como público-alvo funcionários internos da própria instituição ou membros externos da mesma e a tradução pode consistir no próprio questionário ou nas respostas. A estratégia de tradução foi traduzir o documento de modo a ser o mais perceptível possível para o público-alvo, mantendo a terminologia e o conteúdo de cada questão. No entanto, dada a estrutura simples e pragmática do texto, foi priorizada a transmissão da mensagem de forma simples e concisa reestruturando o TC de maneira a evitar dúvidas ou ambiguidades para o leitor.

Destacam-se ainda cartas de funcionários internos no contexto institucional (ver o texto completo no anexo III), outro tipo de documentos abordados pelo estagiário com maior frequência. A função do documento oscila entre a informação e a instrução do público-alvo e é o tipo de documento cujo conteúdo varia com mais frequência, mas cuja forma se mantém mais uniforme. Os problemas de tradução destacam-se no registo utilizado neste tipo de correspondência, como, por exemplo, as formas de tratamento do remetente e do emissor e as referências ao cargo correto do público-alvo do documento.

Carta de um funcionário interno da Assembleia da República	
TP	TC

<p>Venho pelo presente acusar a receção e agradecer na qualidade de Presidente desta Comissão, a carta que V. Ex.^a me enviou no passado dia [...] pelo Sr. Vice-Presidente da Comissão Deputado [...]</p> <p>Com os melhores cumprimentos,</p>	<p>I would like to acknowledge receipt and thank you, as Chairman of this Committee, for your letter [...] by Mr. Deputy Chairman MP [...]</p> <p>Yours sincerely,</p>
---	--

Tabela 3: Tradução da autoria do estagiário de uma carta de um funcionário interno da Assembleia da República, 20 de setembro de 2018.

Para tal, foi crucial pesquisar estruturas de correspondência semelhantes, em fontes internas na instituição, bem como em fontes *online*, além das formas de tratamento mais frequentes utilizadas pela instituição. A estrutura natural do português é naturalmente mais cordial, distinguindo-se da estrutura mais pragmática do inglês. Este tema será mais aprofundado no subcapítulo seguinte (3.1. Inglês como Língua Franca).

Todos estes documentos não podem ser considerados documentos jurídicos, contudo todos requerem uma tradução instrumental, na qual o TP foi reestruturado de modo a ser aplicado e cumprir uma função na cultura de chegada. Apesar do tipo de tradução ser partilhada entre estes tipos de textos e da tradução documental ser a estratégia tipicamente aplicada na tradução de textos legais, existe outro tipo de texto que requer uma tradução documental e não é considerado um texto jurídico.

As ementas (ver o texto completo no anexo IV), são tipos de texto cuja aplicação prática é a de informar o público-alvo. Estas são documentos menos extensos, contudo requerem um amplo trabalho de pesquisa. O fator cultural foi particularmente importante na tradução deste tipo de documentos, devido à especificidade de alguns pratos numa determinada cultura e da sua inexistência na LC. Nestes casos, a estratégia de tradução utilizada foi a paráfrase, de modo a não só informar o público-alvo como a instruí-lo sobre os ingredientes do prato por uma variedade de motivos, desde possíveis alergias ao simples reconhecimento cultural.

Os restantes textos trabalhados pelo estagiário serão abordados na secção 2.2. relativa à tradução de documentos jurídicos e políticos, todos eles estão enquadrados na tradução documental como definida por Nord (1997) bem como os problemas de tradução e as respetivas estratégias utilizadas. Entre estes tipos de texto destacam-se as legislações e os pareceres como documentos jurídicos e os relatórios como documentos para-jurídicos.

Capítulo 2 – Tradução institucional e jurídica: reflexões teóricas e estratégias

2.1. Tradução institucional

A Tradução institucional pode ser caracterizada como toda a tradução relevante ao propósito e dentro dos limites de uma determinada instituição (Mossop, 1990: 345). Mossop (1990) define que a tradução atua sempre sob um conjunto de normas institucionais de uma determinada instituição concreta e cujas decisões do tradutor são predeterminadas pela intenção principal da instituição. Em termos práticos, as decisões do tradutor serão sempre influenciadas primeiramente pelo público-alvo da tradução que, por sua vez, é ditado pelos objetivos da instituição (Mossop, 1990: 343). É ainda considerada tradução institucional toda a tradução de textos de natureza técnica ou administrativa realizada por grandes organizações modernas de cariz económico-político (Mossop, 1988: 69). O autor refere que, num contexto institucional, o tradutor faz escolhas de tradução deliberadas de modo a cumprir as necessidades da instituição, não caracterizando este processo como adaptação: “I am suggesting, then, that translation transforms meaning [...] in the sense of making the translation serve the purpose of the translating institution” (Mossop, 1990: 345). Este conceito de tradução institucional é, por sua vez, clarificado e desenvolvido por Koskinen (2008):

[W]e are dealing with institutional translation in those cases when an official body (government agency, multinational organization or a private company, etc.; also an individual person acting in an official status) uses translation as a means of “speaking” to a particular audience. Thus, in institutional translation, the voice that is to be heard is that of the translating institution. As a result, in a constructivist sense, the institution itself gets translated. (Koskinen 2008: 22)

Na nossa opinião, esta perspetiva é demasiado abrangente tendo em conta o contexto da AR. Koskinen (2011) reconhece que se tal fosse o caso, a necessidade do conceito de “tradução institucional” seria desprovida de sentido. A autora, com base na

sua experiência enquanto tradutora para a Comissão Europeia, conclui então que entre as várias instituições concretas, a tradução institucional enquadra-se num tipo de tradução que se destaca dos outros.

É com base nesta definição da tradução institucional que a autora caracteriza a tradução institucional como um tipo de autotradução, sendo que a maior parte dos TP são produzidos pela instituição e traduzidos pela própria (Koskinen 2008: 22). Este processo de autotradução pode ocorrer de forma indireta como é o caso da AR, no qual os textos provenientes de fontes internacionais são exteriores à instituição. Contudo, a AR está sujeita a uma instituição acima desta, como é o exemplo da União Europeia e à qual deve fazer cumprir certas responsabilidades, como consagrado na lei n.º 43/2006 de 25 de agosto sobre Acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia. É ainda de notar que uma instituição concreta pode usufruir da tradução institucional de forma indireta sem que seja produzida pela própria, tal como representado no exemplo anterior ou no caso dos pedidos de tradução externos feitos a outras empresas de tradução pela AR.

Com base no modelo de Koskinen¹⁵ (2011: 54-60), a AR enquadra-se no âmbito de instituições concretas, em oposição a instituições abstratas ou formais. É de notar que todos os pedidos de tradução externos são da responsabilidade do serviço de tradução da AR e, segundo a mesma definição de Koskinen (2008: 22), estão ao serviço da instituição e refletem as funções da mesma. O serviço de tradução da AR atua dentro desta instituição e é norteado pelas regras da mesma. Existe, portanto, uma hierarquia de importância e subserviência na tradução, desde o TP à tradução e por sua vez da tradução ao público-alvo (seja ele qual for), que pode variar desde o funcionário interno ao próprio PE. Embora não linear, a tradução no contexto desta instituição, dada a sua

¹⁵ Modelo definido pela autora como um dos três tipos diferentes de instituições, criados pelas sociedades modernas (como instituições abstratas), dado o exemplo da religião, que dão origem a instituições formas (cuja autora exemplifica com a igreja) que por sua vez originam instituições concretas (exemplificado como paróquias locais no seguimento da analogia, pela autora), com espaços alocados, membros responsáveis e atividades recorrentes (Koskinen, 2011: 1).

importância a nível nacional e internacional, pode afetar indiretamente uma multitude de públicos-alvo. Kelsen (1979:40) teoriza que o público-alvo de qualquer tradução levada a cabo num âmbito institucional abrange o conjunto de indivíduos diretamente sujeitos à influência da instituição. O autor acrescenta que o público-alvo direto são os especialistas da instituição, capazes de aplicar o TC, que, por sua vez, detêm a responsabilidade de o aplicar no público-alvo indireto. Por exemplo, a tradução de um relatório de um grupo europeu, parte de um autor especialista, é traduzido para um público de especialistas, que, por sua vez, atua num âmbito internacional (p. ex. Relatório, “Grupo dos Doze Mais”, 24 setembro a 12 outubro).

Na nossa opinião e com base em Mossop (1990), a AR enquanto instituição do estado e órgão da soberania portuguesa, engloba uma série de normas (Toury, 2012) pela qual a tradução deve ser guiada. É expectável que uma instituição de tal importância e representatividade tenha uma proporcional responsabilidade em assegurar que a tradução serve os princípios e propósitos da instituição acima de tudo. Contudo, e com base na experiência adquirida pelo estagiário, há que considerar também a tipologia do texto, e que cada texto, embora atue dentro da mesma instituição e esteja sujeito às normas da mesma, requer atenção a outras normas de tradução inerentes à tradução de tal tipo de texto, partilhadas entre instituições e definidas pela teoria da tradução. Um exemplo prático verificado pelo estagiário foi a tradução de cartas dos funcionários internos. A AR detém normas específicas para a tradução deste tipo de documentos como, por exemplo, “Assembleia da República” é sempre traduzido por “Assembly of the Republic” por oposição a “Portuguese Parliament”. Além de respeitar estas normas características da instituição, há ainda que respeitar as normas inerentes à tradução de correspondência para inglês, sobretudo no que toca à estrutura e formas de tratamento.

Foi então consequentemente considerada a abordagem à tradução institucional proposta por Didier (1990: 280-285), na qual ao traduzir textos de cariz jurídico, a tradução documental dos mesmos é a estratégia de tradução mais adequada na tradução de textos normativos sem a perda de legitimidade jurídica.

É importante relacionar os vários fatores externos à tradução (como a instituição na qual está inserida, os fatores culturais a que a tradução está sujeita e na qual a instituição pode ou não estar inserida), os fatores internos (o público-alvo e o objetivo da tradução) e os fatores inerentes à tradução (os tipos de texto e as normas linguísticas preestabelecidas).

Foram então parcialmente adotadas outras teorias funcionalistas (por semelhança a Nord, 1997) como Vermeer (1986: 34) por considerar a função do texto como fator principal determinante da estratégia de tradução a utilizar, embora desconsidere a sua tipologia. Foi de igual modo considerado Weisflog (1987: 190-195), que advoga que a função do texto deve ser tida em conta, como em legislações ou textos legislativos para fins informativos/instrutivos. No entanto Weisflog descarta também a tipologia do texto. Weisflog (1987) considera todo o texto jurídico como apenas um tipo de texto e que a estratégia de tradução mais apropriada a adotar é a tradução literal, melhor descrita como documental (Nord, 1997), pois não permite ambiguidades provenientes de escolhas lexicais do tradutor ou interpretações. Como supramencionado não existe ainda um consenso sobre a estratégia mais apropriada na tradução de textos jurídicos e que esta pode variar entre jurisdições. Weisflog (1996: 54) reconsidera mais tarde que as traduções jurídicas devem ser perceptíveis, considerando a forma como são redigidas na LC visto que são as palavras que detêm importância na tradução de textos normativos. Apesar de limitadas por não considerarem a tipologia do texto como fator essencial para a sua estratégia de tradução, estas teorias foram consideradas numa primeira instância pelo estagiário.

Dada a teoria já estipulada na qual as traduções atuam dentro de uma instituição e são regidas por normas institucionais, por vezes exteriores às mesmas – como é o caso de todas as jurisprudências – a tradução pode ter a mesma função ou uma função diferente no TC da que tem no TP, consoante a intenção da instituição. Por exemplo, apesar de afetar indiretamente o estado português, os relatórios do Grupo dos Doze Mais (texto completo no Anexo IV) detêm a função de estipular o acordado em União Interparlamentar, enquanto a sua tradução mantém a mesma função informativa. Na

continuação do exemplo referido, uma instituição no contexto dos meios de comunicação fará uma tradução do TP, cuja função é política, para um TC com uma função informativa, em prol do seu público-alvo e da função dos objetivos da instituição.

Em suma, o tradutor não deve traduzir apenas em função da instituição concreta à qual pertence e dos seus objetivos, sem ter também em conta as normas da tradução inerentes ao tipo de texto que está a abordar, como por exemplo, a tradução documental utilizada em textos jurídicos. Ao traduzir tendo em conta apenas os objetivos da instituição, o tradutor menospreza todo o contexto jurídico onde a instituição e, por sua vez, a tradução atuam e todo o contexto jurídico à qual estão sujeitas. É expectável que na tradução institucional, o tradutor obedeça a ambas as normas da instituição e da tradução do tipo de texto que aborda.

Relativamente à estratégia de tradução adotada, foi importante durante a duração do estágio ter sempre em conta o âmbito institucional na medida em que foi sempre considerado o público-alvo da tradução, bem como a função da tradução no contexto da instituição. No entanto, características como o tipo de texto contribuíram para adoção de estratégias de tradução diferentes (documental ou instrumental como definido por Nord, 1997) e provaram ser muito mais relevantes para a produção da tradução. A generalização de uma só estratégia de tradução na AR não é possível, dada a grande variedade de textos que a instituição trata e a função individual de cada um. Embora a tradução documental priorize o conteúdo do texto e seja o ponto fulcral dos textos de cariz jurídico (pareceres e legislações), textos técnicos com uma função mais informativa foram abordados segundo as normas de tradução instrumental como propostas por Nord (1997), priorizando a forma do TC e traduzindo o conteúdo de forma mais clara através de orações mais curtas, termos mais claros e formas sintáticas mais sucintas (p. ex. cartas, relatórios e questionários).

2.2. Tradução de documentos jurídicos e políticos: problemas de tradução e suas soluções

A presente secção pretende o levantamento dos problemas práticos encontrados pelo estagiário enquanto tradutor na AR e as respectivas estratégias de tradução utilizadas para cada problema em cada documento jurídico. Por textos jurídicos entendem-se textos cuja função é performativa, na medida em que criam, alteram ou determinam a realidade, na forma de direitos e obrigações, de indivíduos ou instituições (Austin, 1956). São textos que não só transmitem informação, mas definem e promulgam uma série de obrigações e compromissos. Neste capítulo são abordados dois tipos de texto: jurídicos e para-jurídicos.

Šarčević (1997: 57) define a tradução jurídica como “no longer [...] a process of linguistic transcoding but as an act of communication in the mechanism of the law.” Segundo a autora (1997: 11), a tradução jurídica pode ser categorizada segundo a função do texto na LC, podendo este ser puramente prescritivo, descritivo ou híbrido. Os textos com uma função puramente prescritiva têm como objetivo representar um instrumento regulamentar detentor de normas de conduta e são o foco do presente capítulo segundo a experiência do estagiário. Šarčević (1997) define ainda textos híbridos como descritivos primeiramente e numa segunda fase prescritivos, que incluem uma intenção primeiramente jurídica mas também administrativa. Por último, os textos jurídicos com funções puramente descritivas, são definidos como traduções por autoria de académicos, nomeadamente textos de opinião jurídicos.

Além disso, nos casos em que o estagiário traduziu textos jurídicos prescritivos, a função da tradução foi feita com o objetivo de transmitir o mesmo conjunto de normas ao público-alvo da LC. Para tal, as traduções foram feitas de modo a preservar a função jurídica do TP e não o mesmo significado textual:

While lawyers cannot expect translators to produce parallel texts which are equal in meaning, they do expect them to produce parallel texts which are equal

in legal effect. Thus the translator's main task is to produce a text that will lead to the same legal effects in practice. (Šarčević, 1997: 71)

Porém, Harvey (2002) problematiza que este enfoque na função do texto jurídico como proposto por Šarčević (1997) é problemático na medida em que ao traduzir textos prescritivos, existe o risco de negligenciar a função expressiva ou persuasiva inerente aos textos jurídicos pelo uso de uma linguagem retórica. Este caso verifica-se na comunicação entre especialistas jurídicos (p. ex. advogados) e um público não especializado em textos jurídicos ou na comunicação entre dois especialistas jurídicos (p. ex. entre um arguido e um júri), onde a função do texto é a de convencer o público-alvo ao invés de prescrever ou descrever. Contudo, para os efeitos do presente relatório e com base nos textos traduzidos pelo estagiário, tal função não se verificou. Além disso, a tradução jurídica difere dos outros tipos de tradução porque o TC tem efeitos prescritivos a nível jurídico. Devido à natureza performativa dos textos jurídicos (Austin, 1956), apenas textos jurídicos podem ter efeitos jurídicos no TC (Harvey, 2002: 179). Esta regra é exclusiva à tradução jurídica e este fenómeno não se verifica na tradução de outras áreas “texts on astrophysics must have effects for astrophysicists, etc.” (Harvey 2002: 179).

É importante notar que a tradução, mais concretamente a tradução documental (Nord, 1997), é requerida de modo a atuar no mesmo contexto jurídico do TP, como é o exemplo das legislações, cujo propósito é o de informar o público-alvo das atualizações numa determinada jurisdição. No contexto institucional jurídico-político, a tradução pretende assumir o mesmo poder e legitimidade jurídica enquanto TC, em prol de servir a mesma função. Contudo, esta necessidade de um estatuto de “equivalência funcional¹⁶” textual nas traduções institucionais leva a um falso sentido de uniformidade entre línguas de uma jurisdição:

This idea of sending the same message in different languages results in an (over)emphasis on equivalence in institutional translation as the different versions

¹⁶ Abordagem funcionalista baseada na teoria de *skopos* (Vermeer, 1978), onde a tradução faz cumprir a mesma função do TP e consequentemente detém uma equivalência jurídica na LC.

need to be perceived as “the same text”. The constant communicative function of all translated versions also creates the need for maintaining the “illusion” or “legal fiction” that multilingual legislation is simultaneously drafted in several languages. (Koskinen 2011: 57)

A problemática do princípio de equivalência funcional/jurídica é uma constante no que toca à tradução institucional. O estagiário apoiou-se ainda, fortemente, na teoria proposta por Šarcevic (1997) sobre tradução jurídica, focada no recetor da tradução e da equivalência performativa da mesma. A autora defende que todo o documento jurídico, desde contratos a legislações, são detentores de estatuto jurídico, logo, as suas respetivas traduções detêm o mesmo poder no contexto da tradução institucional:

In accordance with the theory of original texts, all authenticated translations are just as inviolate as the original text(s). Hence, they are not regarded as “mere translations” but as originals and are not even referred to as translations. (Šarcevic, 1997: 20)

No contexto de uma instituição no qual é feita tradução jurídica, o TP detém poder jurídico como definido anteriormente nos textos com uma função performativa (Austin, 1956). É então expectável que a tradução, em prol de deter a mesma função performativa do TP na LC, seja detentora de um poder equivalente (Šarcevic, 1997: 71) e cujo conteúdo do documento em ambas as línguas seja equivalente de modo a cumprir a mesma. No contexto da AR, o estagiário tentou preservar este sentido de equivalência entre o estatuto do TP no TC com base na função do tipo de texto, principalmente. Para tal, a linguagem utilizada e as escolhas terminológicas foram sobretudo literais e evocativas do mesmo poder performativo do TP.

No caso concreto da União Europeia, as traduções das legislações do PE, por exemplo, são levadas a cabo por instituições internacionais europeias como é o caso da AR, e nas quais a tradução é feita em âmbito institucional, ao invés do texto ser produzido diretamente na língua do público-alvo. Por este motivo, a terminologia europeia utilizada pode causar estranheza ao leitor nativo do inglês.

No caso concreto das traduções de textos jurídicos levadas a cabo pelo estagiário, há dois documentos que se destacam com base na experiência no serviço de tradução. Estes documentos são os decretos e as legislações, textos que segundo o modelo proposto por Šarčević (1997) são prescritivos e como supramencionado, representam um instrumento regulamentar detentor de normas de conduta no TP. O registo dos documentos é formal e devido à natureza prescritiva do documento, contém frases complexas, com aplicações práticas e portadoras de um valor performativo no público-alvo.

A dificuldade mais característica das legislações reside no tecnoleto especializado que o TP detém em expressões recorrentes. Como estratégia de tradução, foi utilizada uma tradução documental (Nord, 1997), mais concretamente, uma estratégia literal de tradução, priorizando o conteúdo informativo do texto, atentando, no entanto, à construção frásica do inglês. Uma das ferramentas mais eficazes para a tradução deste tipo de documentos foi a memória da tradução interna da AR. Sendo que as expressões são consagradas como próprias neste tipo de documentos e dada a sua recorrente utilização, a memória de tradução do SDL Trados oferecia a sugestão de imediato com um vasto número de ocorrências, tornando a tarefa mais acessível ao tradutor. Tradicionalmente são utilizados guias de estilo para garantir a coerência terminológica dentro das instituições, contudo, atualmente as instituições utilizam ferramentas de tradução, mais concretamente, memórias de tradução para garantir esta consistência, criando então uma memória de tradução institucional (Koskinen, 2011: 58-59).

Regulamento das Regras e Procedimentos para Cedência de Espaços da Assembleia da República na Organização de Eventos Promovidos por Entidades Externas	
TP	TC
<p>Artigo 3.º</p> <p>Condições de cedência de espaços</p> <p>1. Os pedidos de cedência de espaços parlamentares para a realização de eventos devem obedecer às seguintes condições: [...]</p> <p>[...] c) O pedido deve ser dirigido ao Presidente da Assembleia da República, com a antecedência mínima de 30 dias e deve conter uma descrição pormenorizada da iniciativa proposta, da qual constem os seguintes elementos: [...]</p> <p>[...] ii. contextualização da iniciativa proposta (incluindo, quando aplicável, informações logísticas sobre a dimensão, volume e natureza dos itens a expor e anexando imagens ilustrativas);</p>	<p>Article 3</p> <p>Conditions for providing areas of the Assembly of the Republic</p> <p>1. Requests for the provision of areas of the Parliament for holding events shall meet the following conditions: [...]</p> <p>[...] c) Requests shall be addressed to the President of the Assembly of the Republic at least 30 days in advance and shall include a detailed description of the proposed initiative, including the following information: [...]</p> <p>[...] ii. contextualisation of the proposed initiative (including, when applicable, logistical information about the scale, volume and nature of the items to be exhibited and providing illustrative images);</p>

Tabela 4: Tradução da autoria do estagiário de uma Legislação sobre o “Regulamento das Regras e Procedimentos para Cedência de Espaços da Assembleia da República na Organização de Eventos Promovidos por Entidades Externas”, 2018.

Foi selecionado um artigo com vários pontos que, por sua vez, se subdividem em alíneas e secções no presente exemplo de uma legislação sobre o Regulamento das Regras e Procedimentos para Cedência de Espaços da Assembleia da República

(documento completo no Anexo III). Todas estas divisões foram mantidas no TC conforme a norma europeia assim o determina (Guia do tradutor, 2015: 27).

Neste exemplo particular é acrescentado ao título do artigo, por parte do estagiário, o nome da instituição ao qual a legislação é aplicada (“of the Assembly of the Republic”) na medida de acrescentar informação que de outro modo deixaria o título vago ao permanecer apenas como “Conditions for providing areas”. Esta alteração foi feita após uma autorrevisão da tradução e aprovada durante a heterorevisão por parte da segunda tradutora com o mesmo par de línguas.

Outro elemento característico da tradução de legislações é a forma imperativa dos verbos utilizado nos artigos (ver segundo exemplo de documento completo no Anexo VI). Devido à função performativa dos textos jurídicos, os verbos utilizados são apresentados na forma imperativa. Há que notar que a tradução da forma imperativa dos verbos é exclusiva à tradução de documentos jurídicos. No exemplo acima mencionado é possível verificar este fenómeno nos verbos “devem obedecer” e “deve conter”. Ambos os verbos apresentados no exemplo são verbos modais e na tradução de textos não jurídicos o verbo “deve” não mantém a função imperativa nem é traduzido literalmente como “shall”. De modo a manter a mesma função do texto, o estagiário optou novamente por uma tradução documental, mantendo a forma imperativa dos verbos, de modo a assegurar a mesma intenção performativa expressa pelo verbo no TC. No seguimento deste exemplo, foram ainda adotadas as seguintes traduções respetivamente para os exemplos apresentados: “shall meet” e “shall include”.

Outro tipo de texto jurídico abordado pelo estagiário foram os pareceres. Estes documentos são, tal como as legislações, documentos prescritivos numa primeira instância que reúnem uma série de artigos ou normas. Contudo, numa segunda instância são também textos descritivos ao terem como função informar o público-alvo, pertencendo então aos textos híbridos como propostos por Susan Šarčević (1997). Um dos problemas de tradução característico dos pareceres abordados pelo estagiário foi a questão das assinaturas no final dos documentos. Estas eram mantidas em formato de

imagem sobre o nome do respetivo autor da mesma. Por questões de privacidade não serão demonstrados exemplos práticos das assinaturas no presente relatório.

Rede transeuropeia de transportes da Comissão de Assuntos Europeus	
TP	TC
Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, e pela Lei n.º 18/2018, de 2 maio , bem como da Metodologia de escrutínio das iniciativas europeias em 1 de março de 2016, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de acompanhamento da União Europeia, a Assembleia da República recebeu a “Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a medidas para facilitar a realização da rede transeuropeia de transportes.	According to Article 7 of Law no. 43/2006, of 25 August, as amended by Law no. 21/2012, of 17 May, and Law no. 18/2018, of 2 May , as well as to the Procedure for Scrutiny of European Initiatives of 1 March 2016, on monitoring, assessment and pronouncement by the <i>Assembleia de República</i> within the scope of the process of constructing the European Union, the <i>Assembleia da República</i> received the “Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on streamlining measures for advancing the realisation of the trans-European transport network.

Tabela 5: Tradução da autoria do estagiário de um Parecer sobre a rede transeuropeia de transportes da Comissão de Assuntos Europeus, 2018.

Neste exemplo da tradução de um parecer (documento completo no Anexo VII) e, em semelhança às legislações, foi tido em conta o formato de referência dos artigos, leis e datas como em “artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto” e a sua reprodução correta conforme a norma europeia: “Article 7 of Law no. 43/2006, of 25 August”. É ainda possível verificar a longa extensão das orações no TP. Com base noutros documentos do mesmo tipo já traduzidos na AR, o estagiário optou por manter a mesma

estrutura através de uma tradução documental, já que era a norma da instituição para a tradução de pareceres. Foi ainda mantido o termo “Assembleia da República” em itálico no TC pelo mesmo motivo, já que noutros pareceres o mesmo se sucedeu, ao invés de traduzir o título da instituição por “Assembly of the Republic” ou “Portuguese Parliament”.

São ainda abordados neste capítulo textos para-jurídicos, devido ao volume de trabalho experienciado pelo estagiário neste tipo de textos. Exemplo disso são os relatórios, textos informativos, distinguindo-se das legislações e pareceres pelo caráter menos formal. A função deste tipo de documentos é informativa e funciona, sobretudo, como registo de um evento ou congresso. Apesar do registo ser ligeiramente menos formal, a terminologia utilizada permanece terminologia especializada. Os relatórios são textos de cariz mais pragmático focados no efeito de passar a informação e redação do sucedido. Consequência desta importância reduzida face aos documentos anteriormente mencionados, verificou-se que os TP mantinham um registo pouco cuidado na sua forma. Algumas das dificuldades partiram de erros ortográficos e da estrutura frásica ser pouco cuidada. Dado que o relatório parte em si de uma fonte oral no decorrer de um evento, as frases eram bastante extensas.

Ao traduzir os relatórios, a prioridade foi a de manter a informação do TP com o máximo de precisão, bem como a reestruturação do texto para uma melhor compreensão, priorizando a transmissão clara do conteúdo do TP. Um exemplo concreto da reestruturação do texto nos relatórios, foi a separação de longos parágrafos em frases mais concisas e claras:

Relatório do Grupo dos Doze Mais, União Interparlamentar	
TP	TC
MP _____ (Cyprus), agradeceu ao facilitador para Chipre a reunião, e disse que tinha sido uma boa oportunidade para partilhar com os compatriotas a visão para o país . Referiu que têm grandes visões para o país que está dividido e que vão trabalhar com esforço para o bebficio dos cipriotas.” Com os melhores cumprimentos,	MP _____ (Cyprus), thanked the facilitator for Cyprus for the meeting and said it had been a great opportunity to share his vision for the country with his compatriots. He mentioned they have great prospects for the country, which is divided , and they will work hard for the benefit of the Cypriots

Tabela 6: Tradução da autoria do estagiário de um Relatório do Grupo dos Doze Mais na União Interparlamentar, 16 outubro.

Na tradução deste relatório (ver o texto completo no anexo II), o estagiário deparou-se com vários problemas de tradução, dos quais, o primeiro está relacionado com a estrutura natural do português no qual o complemento indireto “visão para o país” se encontra no fim da oração. Na tradução para o inglês, o estagiário optou por alterar o complemento indireto “vision for the country” que precede o complemento oblíquo “with his compatriots”. O segundo problema característico dos relatórios traduzidos pelo estagiário prende-se com a redação descuidada do TP, como é o caso do erro tipográfico “bebficio” interpretado como “benefício”. Adicionalmente, o estagiário optou por uma separação mais clara das ideias expressas no TP de modo a veicular melhor o conteúdo, como foi o caso da expressão “which is divided” separada por vírgulas no TC.

Em suma, a diversidade dos textos traduzidos no serviço de tradução da AR permitiram ao estagiário aplicar uma variedade de estratégias consoante os problemas associados a cada texto. Embora a tradução documental tenha sido a estratégia adotada de modo a preservar o conteúdo e forma do TP, foram sempre tidas em conta pelo

estagiário as estratégias de uma tradução instrumental, além de a separação clara do conteúdo do texto e uma constante atenção à estrutura sintática do inglês no TC. Foi também tida em conta a estrutura sintática do inglês, tema que será abordado no subcapítulo seguinte (3.2. Tradução de textos para o inglês por falantes não nativos).

Capítulo 3 – A “retroversão” na Assembleia da República

3.1. O Inglês como Língua Franca

A tradução provém da necessidade de transferir uma mensagem de uma língua para outra com a função de estabelecer uma comunicação entre duas partes (Nida, 1964: 3). No entanto, como alternativa, as partes podem recorrer a uma só língua, comum a ambas na forma de uma Língua Franca, para comunicar entre si. A tradução poderá ser, portanto, não só interlinguística ou intralinguística como também um ato comunicativo entre culturas (Nida, 1964). Por língua franca, neste contexto, entende-se uma língua de uso recorrente estabelecida como método preferido de comunicação entre duas partes com línguas maternas distintas (Samarin, 1987: 23). Em suma, é o meio de comunicação entre dois indivíduos ou instituições, consagrado como veiculador de informação. O fenómeno do Inglês com Língua Franca é um fenómeno recente com uma gradual influência nos dias de hoje. A sua aprendizagem difundiu-se inclusive pela crescente necessidade de os falantes não nativos terem a necessidade de comunicar com falantes nativos ou outros não nativos do inglês (Seidlhofer, 2011). O Inglês como Língua Franca é de tal forma influente que o número de falantes não nativos de inglês e a frequência com que estes comunicam faz com que não só absorvam, mas também que alterem o inglês canonizado nos países nativos (Powell, 2005).

O inglês como qualquer outra língua não é estático e está sujeito a constante mudança, podendo esta ser proveniente do uso/desuso num contexto histórico. Enquanto LF, o inglês contém uma perda ou mudança às normas relativas à pronúncia ou a expressões idiomáticas características do inglês nativo. No entanto, estas alterações podem servir de acréscimo à língua, já que os falantes não nativos ao utilizarem o inglês como Língua Franca acrescentam estas mesmas expressões com base nas suas línguas maternas. O produto resultante é um inglês enriquecido de metáforas e neologismos introduzidos pelos falantes não nativos, que, por sua vez, os determina como os agentes mais influentes da mudança linguística (Brutt-Griffler, 1998:387). Em

termos práticos, o inglês como Língua Franca é utilizado num contexto onde falantes não nativos de inglês criam ou adaptam recursos linguísticos do inglês e tanto os falantes nativos como não nativos acomodam estas adaptações para servir o propósito de comunicar entre si (Seidlhofer, 2011) ou em prol da instituição na qual se inserem.

Seja através de uma educação prévia ou do uso recorrente, o inglês como Língua Franca funciona a um nível global que permite a comunicação entre culturas. Este uso massificado do inglês e a sua standardização põe em causa a legitimidade entre o inglês produzido em países nativos (p. ex. Inglês Australiano) e o inglês enquanto variante, falado em países não nativos (p. ex. Inglês-hindi), desde que a comunicação se mantenha, sem a necessidade obrigatória de uma gramática prescritiva subentendida na sua aprendizagem (Jenkins, 2009:200).

Tendo em vista o enquadramento deste conceito, será utilizado o modelo de Kachru (1985) e os três círculos do inglês enquanto LF considerados pelo mesmo autor. O primeiro, denominado de “interior”, representa o meio onde o inglês atua historicamente como língua materna para a maior parte da população. O segundo círculo é denominado de “exterior” e representa as vertentes onde o Inglês atua como língua oficial ou segunda língua e, por último, o círculo “em expansão” nas instituições escolares ou meios educativos onde o inglês é ensinado. Este modelo levou à criação do inglês como Segunda Língua. Por sua vez, este modelo é subvertido pelo modelo do Inglês como Língua Franca proposto por Jenkins (2007) e Seidlhofer (2011) onde o estatuto do Inglês como Língua Franca é elevado e reconhecido como uma variedade legítima do inglês.

A relevância deste tópico para o presente relatório incide exatamente no tipo de inglês utilizado na tradução dos documentos traduzidos na AR. Sendo uma instituição internacional portuguesa e não tendo atualmente falantes nativos ou bilingues de inglês, é importante justificar a legitimidade das traduções produzidas pelos tradutores. Para tal, há que primeiro fazer uma distinção entre o inglês enquanto língua franca e o inglês institucional. Na nossa opinião, o inglês produzido nas traduções da AR fazem

parte de um ato comunicativo num âmbito internacional e são, como referido anteriormente, produzidas por falantes não nativos. A função das traduções, embora redigidas em prol da instituição, é a de estabelecer a comunicação entre duas partes, podendo estas ser ou não nativas do inglês. No entanto, partindo do inglês como Língua Franca, o inglês efetivamente utilizado na AR é melhor descrito como inglês institucional e é assim determinado pelo tecnoleto especializado da instituição. A diferença é que ao atuar num âmbito institucional, são acrescidas uma série de regras a esta comunicação com base nos objetivos da instituição, as regras inerentes à mesma e a natureza da instituição, não se tratando de um inglês não especializado e com objetivos comunicativos. Exemplos deste inglês jurídico característico encontram-se nos documentos cuja terminologia especializada determinou o modo como o texto era traduzido e os termos a usar na LC. Nestes textos, o objetivo era não só passar a informação e o conteúdo, mas atentar também às regras impostas na tradução daquele tipo de documento. Existe ainda o exemplo contrário, da tradução instrumental, dentro do contexto institucional. Os relatórios são um exemplo do inglês como Língua Franca ao serem traduzidos e parafraseados pelo tradutor. Estes documentos de cariz menos formal e cujo tipo de tradução é instrumental (Nord, 1997) não se integram no inglês institucional.

Como supramencionado, a União Europeia conta com traduções de várias instituições europeias, das quais a AR faz parte e onde a LC não é apenas o português, mas também o inglês e o francês, entre outros, por parte de tradutores não nativos. Para efeitos estatísticos será utilizado um gráfico resultante de um questionário levado a cabo pelo grupo IAPTI¹⁷ entre fevereiro e março de 2014 relativamente à tradução para uma língua não nativa. Contou com a resposta de cerca de 750 tradutores de diferentes países e formações. Quando questionados se os tradutores traduziam da sua língua materna para uma língua não nativa, 321 tradutores responderam

¹⁷ IAPTI - International Association of Professional Translators and Interpreters, acedido em 30 de abril de 2019, em: <https://www.iapti.org/>

negativamente, enquanto 446 responderam afirmativamente, subdividindo-se entre a opção de traduzirem para várias áreas ou apenas uma (ver Figura 5):

No	321
Yes, but only in a narrow niche field in which I am a subject-matter expert	186
Yes, in various fields	216
Yes, in all fields	44

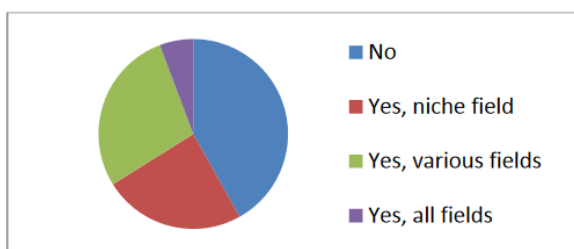


Figura 5: Gráfico referente aos tradutores que traduzem da sua língua nativa para uma língua não nativa (IAPTI, 2014: 17).

Barbara Seidlhofer (2011) desenvolve esta temática ao definir o inglês como Língua Franca como a utilização do inglês entre falantes de diferentes línguas maternas e raízes culturais e linguísticas diversas entre qualquer um dos círculos defendidos por Kachru. Esta definição contrasta com teorias anteriores (Jenkins 2007), pois refere que os falantes nativos de inglês utilizam também o inglês como Língua Franca de modo a comunicar em meios interculturais. De modo prático, inclui todos os falantes cuja língua materna é o inglês, falantes nativos, que pretendem comunicar com falantes não nativos num âmbito intercultural e servem-se do inglês como Língua Franca para tal: “The aim of lingua franca interactions is communicative efficiency, which is achieved by accommodating to the interlocutor. This is different from grammatical correctness” (Seidlhofer, 2009: 145). A influência do inglês como Língua Franca é visível nos vários empréstimos do inglês já presentes na língua portuguesa, além da estrutura frásica, no contexto jurídico dos documentos traduzidos. Seidlhofer apresenta outro exemplo, onde o inglês como Língua Franca pode dar ênfase a um verbo acrescentando uma preposição (p. ex. “discuss about”), quando o inglês nativo requer um objeto direto. Estas alterações ao inglês normativo são acrescentadas de intenções, como tornar o texto mais perceptível, acrescentando um significado redundante ao verbo, expor melhor o

objeto da frase para uma melhor compreensão ou melhor comunicar a intenção do indivíduo ou instituição ao dar ênfase ao verbo descritivo da intenção (Sedlhofer, 2009:146). O novo estatuto do inglês enquanto língua franca e destas normas resultantes de deturpações do inglês enquanto língua materna exemplifica ainda a natureza híbrida presente em todas as línguas francas (Jenkins:2007: 209).

É ainda importante mencionar que o inglês, devido à sua natureza prática, assume-se como língua franca em determinadas áreas ou saberes. Exemplo disso é a ciência que atualmente conta com uma enorme produção de artigos escritos por falantes não nativos em inglês. O mesmo se verifica no âmbito académico em Portugal onde o ensino académico é cada vez mais lecionado em inglês por falantes não nativos. De modo a melhor justificar a razão pela qual a tradução poder ser feita por falantes não nativos num contexto de uma instituição internacional é necessário compreender primeiro o contexto institucional onde a tradução é produzida, no qual o tradutor se apoia. Ao assumirmos que existe uma legitimidade inerente e incontestável na transmissão do conteúdo num âmbito institucional académico e científico através de uma LF, há que, permitir uma igual legitimidade a um tradutor não nativo servindo-se do inglês como Língua Franca. A formação do tradutor permite-lhe também um domínio de um conjunto de normas inerentes à boa prática da tradução acrescentando à legitimidade da “retroversão” produzida.

Por último, consideremos no presente capítulo o estatuto de um falante bilingue, descrito como um falante com dois conjuntos de conexões neurais, uma para cada língua com um sistema cognitivo equivalente, como definido por Paradis:

[...] awareness of language membership is a product of metalinguistic knowledge. In online processing, language awareness is of the same nature and as unconscious as the process that allows a unilingual speaker to understand (or select) the appropriate word in a given context. The process of selecting a Russian word by a Latvian-Russian bilingual person is the same as the process that allows a unilingual Russian speaker to

select among the indefinite, almost unlimited, possibilities for encoding a given message. (Paradis, 2004: 112)

Segundo o exemplo ilustrado por Paradis (2004), ambos os processos requerem a relação de um item linguístico (um termo ou expressão idiomática na língua de partida) a uma única componente cognitiva de linguagem. Na nossa opinião e com base em Michel Paradis, esta competência bilingue é presente em diferentes níveis em cada tradutor e provém de uma aprendizagem linguística de ambas a LP e LC, permitindo-lhe de igual modo aceder à sua componente cognitiva para identificar um item linguístico em cada língua.

3.2. Tradução de textos para o inglês por falantes não nativos

Apesar de a prática da tradução para uma língua não nativa ser controversa, é uma prática cada vez mais recorrente dada a tão elevada demanda de traduções para essas línguas, especialmente em contextos institucionais. Como mencionado previamente, as traduções de português para inglês representaram 46% dos pedidos anuais de tradução em 2018, sucedidos pelos pedidos de tradução de português para francês (26%), 16% para os pedidos externos e 12% para os pedidos de inglês para português na AR.

Quando questionados sobre o volume de traduções para uma língua não nativa requeridas aos tradutores no inquérito levado a cabo pela International Association of Professional Translators and Interpreters (IAPTI, 2014), cerca de 62,4% dos tradutores (473) reportaram até, pelo menos, 1% de pedidos de tradução para uma língua não nativa (ver Figura 6):

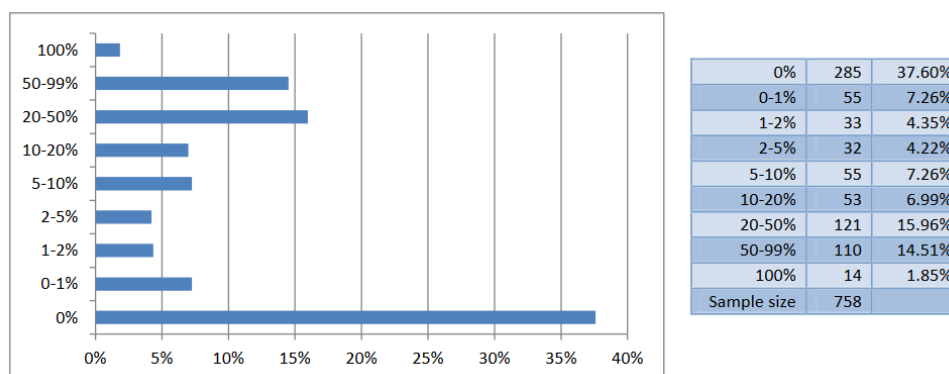


Figura 6: Gráfico referente ao volume de trabalho que os tradutores recebem para traduções da língua nativa para uma língua não nativa (IAPTI, 2014: 21).

Na tentativa de identificar os argumentos contra a tradução de textos para inglês por falantes não nativos, Michela Zanesco (2016: 24) argumenta que o falante nativo adquire a sua língua materna desde a nascença e está em constante contacto com falantes nativos. Além deste contacto recorrente, o falante nativo adquire uma aprendizagem contínua na sua língua materna e beneficia de uma prática incessante da mesma. Por sua vez, um falante não nativo simula esta aprendizagem num espaço de tempo mais curto e num contexto académico mais avançado, contudo muitas vezes ensinado também por falantes não nativos. É acrescentado o argumento do tradutor dominar melhor a sua língua materna do que a sua segunda língua e usufruir de um conforto natural na sua língua materna para expressar ou vincular informação através de várias formas lexicais, algo cujo falante não nativo não possui. A este argumento acresce o argumento de que os falantes nativos são capazes de reconhecer a autoria de um texto produzido por um tradutor não nativo.

Segundo a Declaração de Nairobi (1976): “a translator should, as far as possible, translate into his own mother tongue or into a language of which he or she has a mastery equal to that of his or her mother tongue”. De modo a fundamentar este argumento, há que fazer uma distinção entre o tradutor nativo e o tradutor não nativo de uma língua ao invés de tentar avaliar a qualidade e legitimidade do TP e TC (Campbell 2013:3) de modo a compreender os meios que permitem os tradutores não nativos traduzir para uma língua não materna, servindo-se do inglês como Língua Franca. O tradutor deve ser um mediador entre as duas línguas e cabe-lhe compreender um vasto espectro de

problemas linguísticos de modo a transpor o conteúdo de uma língua para outra de forma fluente e coerente. O tradutor deve assim deter a capacidade linguística para compreender o conteúdo e a intenção do autor do TP como se também um autor que transpõe o mesmo significado no TC para um público-alvo diferente. O público-alvo é um fator ainda mais importante a considerar quando este difere entre falantes nativos ou não nativos servindo-se de uma LF. No caso concreto da AR, todos os textos abordados pelo estagiário, à exceção de cartas, foram traduzidos para falantes não nativos como público-alvo primário em contextos institucionais que se servem do Inglês como Língua Franca. Os relatórios e as ementas referentes às reuniões do Grupo dos 12 Mais são dois exemplos de traduções para um público-alvo composto por vários elementos cuja língua materna não é o inglês. É de notar que, como verificado pelo estagiário durante o estágio na AR, de modo a passar corretamente o conteúdo do texto e em função do público-alvo, a tradução produzida deve acima de tudo manter a terminologia institucional já consagrada e reconhecida pelos falantes do Inglês como Língua Franca.

3.2.1. Traduzir para inglês como língua franca na Assembleia da República

É doravante descrito o processo de como foram abordadas as traduções para inglês no contexto da AR juntamente com as estratégias utilizadas. Com base no estágio, o discente serviu-se da competência tradutória (Zainurrahman, 2010) adquirida na sua formação, incluindo a subcompetência linguística de inglês que lhe permite não só compreender a segunda língua como a interpretar e, servindo-se da subcompetência de transferência, transpor a sua forma e conteúdo para a língua de chegada. Há então que distinguir entre a subcompetência linguística, mais depressa adquirida e aprofundada por tradutores nativos e a subcompetência de transferência para compreender o que distingue um tradutor de um falante nativo e como pode um falante não nativo traduzir para uma língua não materna. Enquanto um tradutor nativo dispõe de uma

subcompetência linguística¹⁸ adquirida de forma inata e treinada, o tradutor não nativo adquire esta mesma subcompetência considerada mais abrangente e só depois a subcompetência de transferência¹⁹ considerada menos importante:

For having transfer competence, the translator is demanded to have enough linguistic and non-linguistic knowledge, especially which is relevant with the text content is being translated. It seems like transfer competence will be assumed as the highest competence demanded for all translators in this world; translators are demanded to be able to transfer not only words, or grammatical and semantic aspects of language, but also mental images implied in the text, to make the produced text makes sense as well as hoped. (Zainurrahman, 2010:7)

Fabio Alves (2003: 45) define esta aprendizagem do tradutor manipular e codificar a informação de uma língua para outra como uma aprendizagem contínua. A subcompetência de transferência adquirida provém de uma aprendizagem cíclica e não linear, proveniente de uma prática recorrente. Entre tradutores nativos a diferença linguística causa menos estranheza, no entanto, é sensato afirmar que um tradutor nativo terá uma subcompetência linguística e cultural ligeiramente mais desenvolvida do que um tradutor cuja língua não é a sua língua materna. Um falante nativo pode não ser capaz de traduzir corretamente para a sua própria língua. O mesmo cenário é possível para um tradutor formado cuja competência de tradução não garante uma reprodução de texto fluente para a língua à qual não é nativo. Cabe então ao tradutor utilizar ambas as subcompetências, linguística e cultural, para uma boa prática da tradução.

¹⁸ A competência linguística é definida como a competência base de qualquer tradutor e que ninguém é apto para traduzir um texto da LP para LC sem o domínio das mesmas línguas. É esperado que o tradutor domine todos os aspetos da LC (a nível lexical, semântico e discursivo) (Zainurrahman, 2010: 2).

¹⁹ A competência de transferência é a capacidade de transferir a mensagem do TP para o TC de forma comunicativa. É a mais relevante no processo de tradução ao invés do pós e pré-tradução. É ainda considerado através desta competência a função do texto. Esta competência é fortemente complementada pelas restantes subcompetências de tradução (Zainurrahman, 2010: 7).

Em complemento, ao negarmos que uma “retroversão” é desprovida de qualquer legitimidade quando levada a cabo por um tradutor não nativo, estamos de igual modo a alegar que um tradutor nativo pode interpretar incorretamente um texto numa segunda língua, nomeadamente ser induzido em erros de transposição de conteúdo e forma. No entanto, e mais concretamente em textos de cariz jurídico, a forma adota uma estrutura o mais semelhante possível e o conteúdo é priorizado. Com base na experiência na AR a tradução para inglês enquanto segunda língua foi possível através de todas as competências adquiridas durante a formação do estagiário. Estas incluem o contexto cultural adquirido e a aprendizagem linguística contínua até ao nível C2 que permite uma utilização confortável da língua.

Por último, a subcompetência tecnológica (também descrita como subcompetência instrumental) é definida como: “predominantly procedural knowledge related to the use of documentation resources and information, and communication technologies applied to translation” (PACTE²⁰, 2009: 208). Nesta competência são compreendidos dois fatores, dos quais, o primeiro assenta na pesquisa de informação relevante para uma melhor noção temática de um tipo de documento (EMT²¹, 2009: 7), com base na consulta em fontes externas como: dicionários, enciclopédias e bases terminológicas. O segundo fator enfatiza a competência tecnológica do tradutor em ferramentas informáticas de tradução que permitem ao tradutor traduzir, corrigir e aceder a informação de um modo digital e eficaz.

Foi fortemente auxiliado por esta competência tecnológica que o estagiário desempenhou as traduções para inglês durante o estágio na AR. Foi talvez o fator mais importante na verificação dos textos, sendo que o serviço de tradução da AR conta já com uma coletânea de termos e expressões recorrentes implementadas na sua vasta maioria por um falante nativo (Dr. Thomas Williams). Além do uso recorrente das expressões mais idiomáticas e termos mais comuns, a memória de tradução da AR

²⁰ Grupo de investigação PACTE (Process of Acquisition of Translation Competence and Evaluation).

²¹ European Master's in Translation: EMT

utilizada no Studio SDL Trados proporcionou ao estagiário um acesso direto a todas as ocorrências da mesma expressão ou termo.

Como ilustrado abaixo (ver Figura 7), o termo “entram em vigor” tem uma série de ocorrências passadas noutros documentos do mesmo tipo. No caso concreto desta expressão, é possível aceder rapidamente através de uma concordance search a todas as ocorrências ou contextos semelhantes da expressão (ou variantes da mesma). Estas ocorrências são, por sua vez, classificadas com uma percentagem (96% a 92% descrito na imagem) consoante a correspondência face ao termo ou expressão pesquisados na memória. Para o presente exemplo, é possível verificar que “entra em vigor” foi utilizado nos primeiros sete exemplos com uma correspondência de 96% e tendo como tradução sempre “enter into force”. Por sua vez, a expressão “entrada em vigor” apresenta uma correspondência de 92% face à expressão procurada e correspondendo à tradução “entry into force”. Não só a memória de tradução apresenta as variações da expressão procurada, como também o contexto na qual se inserem. O estagiário usufruiu deste acesso à expressão utilizada em vários contextos semelhantes para uma opção de tradução fundamentada pela ocorrência constante da mesma. Como mencionado anteriormente, é presente que todos os documentos traduzidos presentes neste exemplo são da autoria do Dr. Thomas Williams, antigo tradutor interno da AR e falante nativo de inglês que contribuiu notoriamente para o enriquecimento desta mesma memória de tradução.

Concordance Search		
entram em vigor	Search Source	
no 1.º dia posterior ao da sua publicação.		
A presente lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.	96%	Law shall enter into force on the thirtieth day following that of its publication. This Law shall enter into force thirty days after its publication.
A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.	96%	This law shall enter into force on the day following its publication.
1 - O artigo 62.º da Lei n.º 77/88, de 1 de Julho, alterado pelo artigo 11.º da presente lei, entra em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao da sua publicação.	96%	1 - Article 62 of Law no. 77/88 of 1 July 1988, as amended by Article 11 of the present Law, shall enter into force on the first day of the month following that of the latter's publication.
2 - O disposto no artigo 17.º da presente lei entra em vigor no 8.º dia posterior ao da sua publicação.	96%	2 - The provisions of Article 17 of the present Law shall enter into force on the eighth day following that of its publication.
1 - A presente lei entra em vigor no dia seguinte à sua publicação.	96%	1 - The present Law shall enter into force on the day following its publication.
A presente lei entra em vigor no 30.º dia posterior ao da sua publicação.	96%	The present Law shall enter into force on the thirtieth day after that of its publication.
2. A Constituição da República Portuguesa entra em vigor no dia 25 de Abril de 1976.	96%	2. The Constitution of the Portuguese Republic enters into force on 25 April 1976.
- Apreciar e aprovar no início de cada sessão legislativa relatórios de progresso relativos à aprovação e entrada em vigor das leis e sua regulamentação, incluindo o cumprimento dos respetivos prazos, e o relatório relativo ao cumprimento de envio obrigatório de informação à Assembleia por parte de outras entidades;	92%	- At the start of each legislative session, considering and approving progress reports on the adoption and entry into force of laws and their regulation, including compliance with the respective deadlines, and the report on compliance with the obligatory submission of information to the Assembly
		DOC ID DAC 272/2014, DILP 270/2014 Tradutora TW Tipo LEI, QUEST
		DOC ID CIC-RP 403/2017 Tradutora TW Tipo SITE

Figura 7: Pesquisa do termo “entram em vigor” na memória de tradução interna da Assembleia da República, através do Trados Studio.

Há ainda que referir que, apesar de a memória interna da AR ter sido alimentada por um vasto número de textos traduzidos, nem sempre foi possível verificar a ocorrência de todos os termos ou expressões procuradas por não terem ainda sido introduzidos na mesma. Nestas ocorrências, o estagiário serviu-se da subcompetência tecnológica (tal como definida por PACTE, 2009) e optou pela pesquisa em bases de dados europeias como é o caso do IATE para termos ou do Eur-Lex para expressões recorrentes.

Na continuação do exemplo previamente mencionado, a expressão “entram em vigor” quando colocada no IATE (ver Figura 8) não apresenta qualquer ocorrência. Contudo, ao alterar o verbo “entram” para a sua forma no infinitivo, a plataforma apresenta quatro opções de tradução em inglês em dois contextos diferentes, permitindo ao estagiário ter em consideração a tipologia do texto e em qual a expressão ou termo se inserem. Neste exemplo, o contexto pertinente seria o “European Union law” dada a natureza do TP ser jurídico.

<div> <div>entrar em vigor</div> <div>← Q</div> </div> <div> <div>Last Queries (+)</div> <div>Open expanded search</div> </div>				
Source language ▾		Target language ▾		
Results 1-2 / 2 "entrar em vigor" pt -> en,ja,mul Search in fields (source): Term Matching: All words Search in term types (source): All term types				
★ 770766 1				
European Union law (1011) [EUROPEAN UNION]				Council
LAW (12)				
pt	entrar em vigor	***		Council
en	enter into force	***		Council
	come into force	***		Council
1132406 2				
LAW (12)				COM
pt	entrar em vigor	***		COM
en	to become operative	***		COM
	to become effective	***		COM

Figura 8: Pesquisa do termo “entrar em vigor” no IATE tendo com língua de partida o português e língua de chegada o inglês.

Por fim, o estagiário verificou ainda que, além dos problemas relacionados com as expressões próprias de cada língua e da terminologia especializada, existiam ainda problemas de pontuação, numeração e formatação de texto no inglês. Para tal, foi considerada durante o estágio a utilização do Guia do Tradutor²² do Departamento de Língua Portuguesa da Comissão Europeia (2015) respetivo à Direção-Geral da Tradução. É de notar que o guia de estilo foi considerado de forma geral numa primeira fase para a aprendizagem das normas europeias. No caso concreto das traduções para inglês foi então considerado o English Style Guide²³ (2016) também presente na Comissão Europeia. Estes guias de estilo foram criados com a intenção de servir de modelo para a redação ou tradução de textos legislativos segundo a norma europeia, baseada nos seguintes princípios, fortemente considerados pelo estagiário durante o estágio na AR:

O redator deve utilizar, na medida do possível, palavras da linguagem corrente, privilegiando a clareza do enunciado e não a beleza do estilo. Deve, por exemplo, evitar utilizar sinónimos e frases diferentes para exprimir uma mesma ideia. A terminologia utilizada deve ser coerente

²² Guia do Tradutor, acedido em 30 de abril de 2019, em:

https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/styleguide_portuguese_dgt_pt.pdf

²³ English Style Guide, acedido em 30 de abril de 2019, em: https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/styleguide_english_dgt_en.pdf

tanto entre disposições de um mesmo ato como entre esse ato e os atos já em vigor, especialmente na mesma matéria. (Guia do Tradutor, 2015: 3)

Relativamente a problemas de pontuação, foi tido em conta pelo estagiário o subcapítulo 1.31.3. relativo à “Pontuação nos atos modificativos” por ser de especial importância para os textos de cariz jurídico-político (Guia do Tradutor 2015: 111).

Além de questões de pontuação e na continuação dos dois exemplos previamente mencionados, é possível verificar a tradução de “entry into force”, presente no Guia do Tradutor (2015: 37-38) relativamente às “Indicações do início de validade de um ato”. Assim, o guia demonstra não ser apenas útil para verificar as questões relativas à pontuação como também a terminologia especializada da EU em Português e Francês (ver Figura 9):

EN	FR	PT
[...] shall enter into force on	[...] entre en vigueur le	[...] entra em vigor em
[...] shall enter into force on the day of its publication in the <i>Official Journal of the European Union</i> .	[...] entre en vigueur le jour de sa publication au <i>Journal officiel de l'Union européenne</i> .	[...] entra em vigor no dia da sua publicação no <i>Jornal Oficial da União Europeia</i> .
[...] shall enter into force on the day following its publication in the <i>Official Journal of the European Union</i> .	[...] entre en vigueur le jour suivant celui de sa publication au <i>Journal officiel de l'Union européenne</i> .	[...] entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no <i>Jornal Oficial da União Europeia</i> .
[...] shall enter into force on the [n] day following its publication in the <i>Official Journal of the European Union</i> .	[...] entre en vigueur le [n] jour suivant celui de sa publication au <i>Journal officiel de l'Union européenne</i> .	[...] entra em vigor no [n] dia seguinte ao da sua publicação no <i>Jornal Oficial da União Europeia</i> .

Figura 9: Exemplo da expressão "enter into force" presente no Guia do Tradutor (2015).

É então verificado que a tradução da expressão está em concordância com a memória de tradução da AR bem como o glossário do IATE.

Durante a duração do estágio, foi sempre considerada a memória de tradução da AR em primeiro lugar e, apenas quando em dúvida ou por falta ou ausência de

ocorrências de um termo ou expressão, foi considerado em segundo lugar, o IATE e, por último o Guia do Tradutor.

3.3. O processo de revisão na Assembleia da República

O presente subcapítulo dedica-se ao controlo de qualidade aplicado nas traduções levadas a cabo durante a duração do estágio na AR. Na continuação do subcapítulo anterior são aqui descritos os métodos e as ferramentas que permitiram assegurar uma boa prática das traduções para uma língua não nativa e como foram avaliadas e corrigidas. Será considerada, numa primeira instância, uma introdução ao controlo de qualidade aplicado pelo Dr. Thomas Williams conforme o seu relatório de estágio na AR (2013) e, numa segunda instância, é descrito o processo de revisão adotado pelo estagiário. Como supramencionado, a prática da “retroversão” de textos é ainda considerada por vários teóricos como sendo controversa. Pela tradução de um texto entende-se todo o processo desde o momento em que esta é recebida pelo serviço de tradução até ao momento em que é enviada ao requerente, sendo que o processo de revisão das traduções também é da responsabilidade dos tradutores internos.

Antes de prosseguir, é importante referir os dois tipos de autorrevisão possíveis, como estipulados por Mossop (2001: 116) e praticados no contexto da AR com base na experiência do estagiário. Mossop (2001: 116) distingue entre a revisão unilingue e a revisão bilingue na qual na revisão unilingue revê-se o TC como documento independente e na revisão bilingue centra-se nas diferenças entre TP e TC. Segundo a norma EN 15038 (Comité Europeu de Normalização, 2006: 11) a revisão é uma parte essencial do processo de tradução e o revisor não deve ser o tradutor: “The Translation Service Provider shall ensure that the translation is revised. The reviser shall be a person other than the translator [...]”. O Comité Europeu de Normalização argumenta claramente a favor da heterorevisão e acrescenta ainda que este processo de revisão deve resultar de uma análise comparativa entre TP e TC, acrescida das respetivas correções assinaladas: “to revise: to examine translation for its suitability for the agreed

purpose, compare the source and the target texts and recommend corrective measures” (2006: 6). Esta norma é reafirmada por Mossop (2007: 6) ao defender que o processo de revisão dos tradutores terá uma importância incremental no contexto das instituições europeias.

No caso concreto da Assembleia da República, e de modo a ir ao encontro desta importância incremental do papel da revisão por parte dos tradutores nas instituições da EU, existe hoje um sistema de controlo de qualidade introduzido pelo Dr. Thomas Williams no decorrer do seu estágio na mesma instituição. Este sistema de controlo de qualidade tem como objetivo principal a avaliação dos pedidos de traduções externos ao reunir uma tipologia dos erros mais recorrentes.

Esta classificação prévia dos tipos de erros permite aos tradutores internos da AR, responsáveis por todos os pedidos de tradução, uma identificação mais prática e intuitiva dos problemas mais recorrentes com o intuito de precaver os tradutores externos para traduções futuras. Como proposto por Thomas Williams (2013: 11):

Ora, o serviço de tradução da AR é não só o cliente (pois é quem encomenda a tradução ao tradutor externo) como simultaneamente o gestor do projeto (ou seja, quem assume a responsabilidade pela tradução perante o requerente, já que serão os membros do serviço que respondem a dúvidas desses sobre as traduções). Esta dupla função dos funcionários internos do serviço de tradução deve também ser levada em conta.

Cabe então aos funcionários internos providenciarem aos tradutores externos todas as ferramentas necessárias para uma boa tradução, como é o caso da memória de tradução da AR, bem como aconselhar os tradutores externos sobre a tipologia de erros mais comum. Thomas Williams teoriza ainda que no contexto da AR existem ainda dois tipos distintos de tradução, como definidos por Gouadec (1998: 224) sendo as overt

translations²⁴ e covert translations²⁵, das quais a primeira é mais comum. Williams acrescenta que, no decorrer do estágio, aplicou um sistema de revisão com base na tipologia proposta pelo projeto MeLLANGE²⁶ e que esta tipologia de erros foi concebida para avaliar a frequência do tipo de erros encontrados ao invés da qualidade da tradução:

Por essa razão, procurei incluir exemplos para todos os itens na tipologia de erros para a AR. É fundamental que seja claro para todos – para quem revê e para quem traduz – a razão pela qual cada alteração foi feita.
(Williams, 2013: 15)

A tipologia proposta pelo autor classifica primeiro os erros de transferência de conteúdo, subdividindo-se em erros de omissão ou adição de conteúdo e significado inadequado. De seguida, são classificados os erros provenientes da interferência da LP como traduções literais problemáticas; problemas de reformulação da LC consistindo em problemas de cariz linguístico. O quarto tipo de problemas de tradução definido por Williams (2013: 24) incide nos problemas de terminologia. Foram estes os problemas mais comuns para este estagiário. Este tipo de problemas é subdividido em inconformidades com a base de dados da AR, inconformidades com a terminologia de especialidade característica de cada texto abordado e as inconsistências terminológicas no TC. Consequentemente, o quinto tipo de problemas definido por Williams (2013: 25), referente às normas internas da AR, foi particularmente facilitado por uma aprendizagem prévia dos formatos pré-estabelecidos para determinadas siglas, acrónimos, denominações e da terminologia institucional da AR. Quando em dúvida e sem acesso a recursos, o estagiário beneficiou da ajuda da Dra. Teresa Meneses e do seu conhecimento extenso da instituição, bem como o contacto direto com o requerente da tradução ou serviço competente aquando possível.

²⁴ Traduções cujo estatuto depende diretamente da cultura de partida.

²⁵ Traduções com um estatuto independente da cultura de partida.

²⁶ MeLLANGE: Multilingual eLearning, in LANGuage Engineering, 2004, 2007.

No contexto da AR, o estagiário não utilizou esta tipologia proposta pelo Dr. Thomas Williams e esta foi apenas parcialmente considerada durante o estágio dado o grande volume de trabalho. O processo de revisão consistiu primeiro numa revisão unilingue da própria tradução entre projetos de modo a criar uma distanciação entre o texto produzido das suas ideias, para identificar melhor os erros cometidos, tal como estipulado na norma do Comité Europeu de Normalização (2006: 11):

On completion of the initial translation, the translator shall check his/her own work. This process shall include checking that the meaning has been conveyed, that there are no omissions or errors and that the defined service specifications have been met. The translator shall make any necessary amendments.

Após esta primeira análise, era então feita uma segunda revisão comparativa bilingue. Este método combinatório de ambas as revisões é descrito por Rochard (1999: 10), sendo que a primeira tem como objetivo uma verificação linguística e coerência textual e a segunda análise almeja manter o rigor do conteúdo na transferência do TP para o TC. Em termos práticos, foi feita uma primeira leitura do TC de modo a manter a consistência entre os termos e expressões características da LC. Este processo é particularmente mais demoroso e extenso no contexto da AR dado que o estagiário traduziu para uma língua não materna. É ainda importante referir, como supramencionado neste relatório, que a memória de tradução teve um papel excecionalmente importante na tradução e revisão das “retroversões” feitas pelo estagiário. Mossop (2006) explora este tema e refere os efeitos benéficos da tradução computadorizada através de ferramentas de tradução no qual, por vezes, o processo de tradução consiste, em certa forma, num processo de revisão das propostas de tradução apresentadas pela memória de tradução. O mesmo se verifica quando o TP se assemelha ao TC, como é o caso das legislações ou relatórios abordados pelo estagiário, permitindo ao tradutor utilizar o *corpus* já existente e fazer as correções devidas como se de uma revisão se tratasse. Na grande maioria dos casos, a própria revisão era levada a cabo durante do processo de tradução, através da memória de tradução por esta já conter

um vasto *corpus* análogo aos textos abordados, como supramencionado. Outra forma de autorrevisão era uma revisão bilingue dos segmentos de texto como apresentados na ferramenta de tradução do SDL Trados.

Após uma primeira revisão unilingue, é feita uma revisão comparativa, após a revisão unilingue, em forma de leitura contrastiva do TP e o TC com o intuito de verificar se ocorreram perdas de informação ou alterações do conteúdo do TP na tradução produzida. Após as correções efetuadas e aprovadas pelo tradutor, era então entregue uma versão final revista. Após este processo de autorrevisão, a versão final era enviada para a Dra. Raquel Salvador que, por sua vez, fazia uma heterorevisão²⁷ comparativa do documento. As alterações da segunda tradutora eram registadas no documento Word, o mesmo formato no qual eram recebidas (à exceção dos questionários cujo formato era Excel), através da ferramenta de revisão interna do *software* (ver Figura 10):

the process “is underway”), took an unprecedented decision deciding to approve the end of the actual treaty (prior to the new one) ~~coming into force January~~ first with effect from 1 January 2019 if Portugal does not ratify the text and says nothing until December 1st of that year (~~which implies~~ which would imply the unilateral taxation of their pensioners).

Figura 10: Revisão final de uma Carta – Notícia (20 setembro 2018).

Neste exemplo, foram efetuadas duas correções neste parágrafo. A primeira correção feita pela tradutora foi referente à expressão “coming into force” utilizada como tradução para “com efeitos a”. A expressão foi corrigida por “with effect from” transmitindo mais claramente o significado da expressão no TP. O mesmo ocorre na segunda correção “which implies”, neste caso uma correção de carácter linguístico, corrigido por “which would imply” para o TP em português “o que implicaria”. Após esta correção pela tradutora, uma versão atualizada era enviada para o estagiário aprovar ou revogar as correções e a tradução final era submetida para entrega ao requerente. Em suma, o processo de revisão experienciado pelo estagiário no serviço de tradução era faseado feito, primeiramente, pelo estagiário e, numa segunda instância, pela outra

²⁷ Este conceito é também denominado de “interrevisão” por Horguelin e Brunette (1998: 4), relativamente à revisão desempenhada entre tradutores, contudo mantém a definição de heterorevisão no presente relatório.

tradutora interna com o mesmo par de línguas, de modo a garantir uma tradução coerente com o TP, em concordância com o contexto da instituição e em conformidade com as normas do inglês.

Notas conclusivas

O presente relatório resultou de uma aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos pelo estagiário durante o Mestrado em Tradução, especialização em inglês. O relatório pretende desenvolver a temática da tradução institucional, com base na experiência do estagiário na Assembleia da República. São descritas as funções desempenhadas pelo estagiário, além dos vários tipos de texto distintos que este abordou. É ainda relatado em detalhe o funcionamento interno do serviço de tradução que inclui: a receção e categorização dos pedidos de tradução internos e externos; a tradução dos mesmos após terem sido introduzidos na ferramenta de tradução e memória de tradução correta, bem como os recursos providenciados; e as tarefas de organização interna do serviço desempenhadas pelo tradutor, como a organização documental ou a participação em reuniões internas relacionadas com o serviço.

Relativamente às problemáticas abordadas, uma das enfrentadas no âmbito da tradução na Assembleia República foi a tradução de textos jurídico-políticos. Estes textos ao serem caracterizados pela função performativa na LP espera-se que desempenham uma função equivalente na LC. Para tal o estagiário implementou uma série de estratégias inerentes à tradução jurídica como teorizado por vários autores dos quais se destacam: Šarčević (1997) e Koskinen (2011). É considerada a tradução documental como mais apropriada para manter a estrutura inerentemente complexa do TP, além da paráfrase de modo a clarificar conceitos e ambiguidades no TC.

Neste relatório é ainda abordado, no âmbito do contexto europeu, o fenómeno do Inglês como Língua Franca (Seidlhofer, 2011) utilizado pelas várias instituições europeias e trabalhado pelo estagiário no serviço de tradução. O Inglês como Língua Franca é ainda utilizado como argumento base para justificar o modo como um falante não nativo, por meio de uma Língua Franca, pode traduzir para inglês.

Pretende-se ainda explicar de que forma a prática controversa, contudo recorrente, de tradução para uma língua não nativa é efetuada. Conclui-se que esta prática é possível através de uma série de subcompetências tradutórias desenvolvidas na formação do tradutor e uma série de recursos como memórias de tradução,

glossários, repositórios de textos análogos e guias de tradução. Por último, é apresentado o processo de revisão utilizado pelo estagiário no serviço de tradução para a revisão das traduções para uma língua não nativa e todas as ferramentas e recursos que o permitiram. Destacam-se as memórias de tradução, os repositórios de textos análogos (Eur-Lex) e os glossários utilizados pelo serviço de tradução (IATE, BDTT-AR).

O estágio retratado neste relatório contribuiu ainda para o desenvolvimento profissional do estagiário na área da tradução, mais concretamente na tradução jurídico-política. O acolhimento do estagiário num serviço dedicado da instituição permitiu-lhe ainda desenvolver estratégias próprias na tradução para uma língua não nativa para aplicações na atividade profissional futura.

Referências bibliográficas

- Almeida, Zara Soares de. "Terminologia Jurídico-Parlamentar: Combinatórias terminológicas e equivalência na base de dados terminológica e textual da Assembleia da República – BDTT-AR ." *Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa* 2008.
- Austin, John Langshaw. "Performative Utterances," corrected transcript of an unscripted radio talk delivered in the Third Programme of the BBC. *A Plea for Excuses. Philosophical Papers*: pp. 175-204, 1956.
- Bennett, Karen e Rita Queiroz de Barros. "International English: its current status and implications for translation." *The Translator: International English and Translation*, vol. 23, No. 4, Routledge, 2017, pp. 363–370.
- Campbell, Stuart. "Translation into the Second Language." *Applied linguistics and language study*, C. N. Candlin (eds.), Longman: London & New York, 1998.
- Cunha, Alice. "More, better, or another way for Europe: the debates on EU affairs at the Portuguese parliament." *PADEMIA: Parliamentary Democracy in Europe: Research Notes on Parliamentary Democracy*, Katrin Auel e Resul Umi (eds.), vol. 14, European Commission, 2016, pp. 1-5.
- Kelsen, Hans. "Allgemeine Theorie der Normen." *K. Ringhofer e R. Walter* (eds.), Viena: Manz, 1979, pp. 737-743. Trans. 1991, pp. 528, M. Hartney, "General theory of Norms", Oxford: Clarendon Press.
- Harvey, Malcom. "What's so Special about Legal Translation?" *Meta: Translators' Journal*, vol. 47, n° 2, Les Presses de l'Université de Montréal, 2002, pp. 177-185.
- Koskinen, Kaisa. "Institutional Translation." In Y. Gambier, & L. V. Doorslaer (eds.) *Handbook of Translation Studies*, Vol 2, Amsterdam & Philadelphia : John Benjamins Publishing Company, 2011, pp. 54-60.
- Mossop, Brian. "Empirical studies of revision: what we know and need to know." *The Journal of Specialized Translation*, nº 8, 2007, pp. 5-20.
- . *Revising and Editing for Translators*. Manchester: St. Jerome Publishing, vol. 1, 2001.
- . "Revision." In Y. Gambier, & L. V. Doorslaer (eds.), *Handbook of Translation Studies*, vol. 2, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2011, pp. 135-139.
- . "Translating Institutions and 'Idiomatic' Translation." *Meta: Translators' Journal*, vol. 35, n° 2, 1990, pp. 342-355.
- Nord, Christiane. "Translating as a purposeful activity: a prospective approach" *Tradterm*, 11, 2005, pp. 15-28.
- . *Translating as a Purposeful Activity: Functionalist Approaches Explained*. Manchester: St. Jerome, 1997.

- Paradis, Michel. "A Neurolinguistic Theory of Bilingualism." *Studies in Bilingualism*, John Benjamins Publishing Company, McGill University, Cognitive Neuroscience Center, UQÀM, 2004.
- Šarcevic, Susan. "Legal Translation and Translation Theory: a Receiver-oriented Approach." *University of Rijeka, Croácia*, 2000.
- . "New Approach to Legal Translation." *Law International*, The Hague, Kluwer, London/Boston, 1997.
- Seidlhofer, Barbara. "Research Perspectives on teaching English as a Lingua Franca." *Annual Review of Applied Linguistics*, vol. 24, nº 10, Cambridge University Press, 2004, pp. 209-239.
- . "Towards making 'Euro-English' a linguistic reality." *World Englishes (Critical Concepts in Linguistics)*, Kingsley Bolton e Braj B. Kachru (eds.), vol. 3, London: Routledge, 2006, pp. 47-50.
- . "Understanding English as a Lingua Franca: A Complete Introduction to the Theoretical Nature and Practical Implications of English used as a Lingua Franca." *Oxford Applied Linguistics*, Oxford: Oxford University Press, 2011.
- Venuti, Lawrence. "Strategies of translation." In Baker M. (ed.), *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, London and New York: Routledge, 1998, pp. 240-244.
- Vermeer, Hans. "A Skopos Theory of Translation." *Reihe Wissenschaft* (eds.), TextconText Verlag, Heidelberg, 1996.
- Weisflog, Walter E. "Problems of Legal Translation" *Swiss Reports presented at the XIIth International Congress of Comparative Law*, Zürich, Schulthess, 1987.
- Weston, Martin. "Problems and Principles in Legal Translation." *The Incorporated Linguist*, nº 22 vol. 4, pp. 207-211, 1983.
- Williams, Thomas Frederick. Contribuições para a criação e implementação de um sistema de controlo de qualidade das traduções da Assembleia da República. *Dissertação de Mestrado em Tradução na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa*, 2013.
- ZanESCO, Michela. Translating into English as a Non-native Language: Challenges and Perspectives for Translation Professionals. *Dissertação de Mestrado em Lingue Moderne per la Comunicazione e la Cooperazione*, Università degli Studi di Padova, Itália, 2016.

Anexos

Anexo I – Exemplo de tradução: Questionário da CERPD sobre medidas ambientais

ASSEMBLY OF THE REPUBLIC

Directorate of Documentation, Information and Communication Services

Legislative and Parliamentary Information Division

ECPRD Request 3897

Environmental Representative Action

1. Is it possible for non-governmental organizations which support the protection of the environment to have the lawfulness of decisions which may have an adverse effect on the environment (approvals of infrastructure projects, industrial plants etc.) reviewed by a court of law, even if their own rights are not violated by the decision?
2. Which non-governmental organizations are entitled to file such an action?
3. What measures may be challenged by the action?
4. What are the requirements for the action to be successful?
5. What are the provisions on the burden of proof?

NOTA: Por razões metodológicas responderemos a todas as perguntas conjuntamente.

Em Portugal o estatuto das organizações não-governamentais de ambiente (ONGA) encontra-se previsto na Lei n.º 10/87, de 4 de abril, as quais, nos termos do artigo 2.º, consistem em associações dotadas de personalidade jurídica que não prossigam fins lucrativos, para si ou para os seus associados, e visem, exclusivamente, a defesa e a valorização do ambiente ou do património natural, bem como a conservação da Natureza. Nos termos do artigo 10.º, as ONGA, independentemente, de terem ou não

interesse direto na demanda, têm legitimidade para propor as ações judiciais necessárias à prevenção, correção, suspensão e cessação de atos ou omissões de entidades públicas ou privadas que constituam ou possam constituir fator de degradação do ambiente;

intentar, nos termos da lei²⁸, ações judiciais para efetivação da responsabilidade civil relativa aos atos e omissões referidos;

recorrer contenciosamente dos atos e regulamentos administrativos que violem as disposições legais que protegem o ambiente;

e apresentar queixa ou denúncia, bem como constituir-se assistentes em processo penal por crimes contra o ambiente e acompanhar o processo de contraordenação, quando o requeiram, apresentando memoriais, pareceres técnicos, sugestões de exames ou outras diligências de prova até que o processo esteja pronto para decisão final. Nestes processos as ONGA estão isentas de preparos, custas e imposto de selo devidos pela sua intervenção.

O direito de ação popular encontra-se consagrado na [Constituição da República portuguesa](#) de 1976 no seu artigo 52.º, n.º 3, o qual sob a epígrafe “Right to petition and right of actio popularis”, dispõe:

“3. Everyone is granted the right of actio popularis, including the right to apply for the applicable compensation for an aggrieved party or parties, in the cases and under the terms provided for by law, either personally or via associations that purport to defend the interests in question. The said right may particularly be exercised in order to:

a) Promote the prevention, cessation or judicial prosecution of offences against public health, consumer rights, the quality of life or the preservation of the environment and the cultural heritage;

²⁸ Diz respeito à Lei de Ação Popular.

b) Safeguard the property of the state, the autonomous regions and local authorities.”

Este artigo encontra-se inserido no capítulo dos direitos, liberdades e garantias políticos, elenca, exemplificativamente, os interesses difusos em relação aos quais pode ser intentada esta ação popular, na sua vertente preventiva ou de reação. Tais interesses difusos são, nomeadamente, entre outros, a preservação do ambiente. Os interesses difusos, enquanto interesses sociais, nascem e cultivam-se na Constituição, onde encontram a sua proteção, sendo disso exemplo o ambiente, previsto no artigo 66.º, que dispõe:

Article 66

(Environment and quality of life)

1. Everyone has the right to a healthy and ecologically balanced human living environment and the duty to defend it.
2. In order to ensure the right to the environment within an overall framework of sustainable development, the state, acting via appropriate bodies and with the involvement and participation of citizens, is charged with:
 - a) Preventing and controlling pollution and its effects and the harmful forms of erosion;
 - b) Conducting and promoting town and country planning with a view to a correct location of activities, balanced social and economic development and the enhancement of the landscape;
 - c) Creating and developing natural and recreational reserves and parks and classifying and protecting landscapes and places, in such a way as to guarantee the conservation of nature and the preservation of cultural values and assets that are of historic or artistic interest;
 - d) Promoting the rational use of natural resources, while safeguarding their ability to renew themselves and ecological stability, with respect for the principle of inter-generational solidarity;
 - e) In cooperation with local authorities, promoting the environmental quality of rural settlements and urban life, particularly on the architectural level and as regards the protection of historic zones;

- f) Promoting the integration of environmental objectives into the various policies with a sectoral scope;
- g) Promoting environmental education and respect for environmental values and assets;
- h) Ensuring that the fiscal policy renders development compatible with the protection of the environment and the quality of life.

No âmbito do direito ordinário vigora a Lei n.º 83/95, de 31 de agosto, relativa ao direito de participação procedimental e de ação popular, e que é vulgarmente conhecida por Lei de Ação Popular (LAP).

Assim, nos termos do artigo 1.º, n.º 1 da LAP, o direito de ação popular destina-se à prevenção, cessação ou perseguição judicial das infrações previstas no n.º 3 do artigo 52.º da Constituição. Nos termos do artigo 12.º da LAP, a ação popular pode ser civil, revestindo neste caso qualquer uma das formas previstas no Código do Processo Civil (CPC) ou pode ser administrativa, revestindo quaisquer uma das formas consagradas no Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA).

O artigo 31.º do CPC não exige a ocorrência de um dano pessoal ou patrimonial na esfera do autor da ação para que tenha legitimidade para defender o interesse difuso. Basta que ocorra a ameaça ou a lesão do interesse difuso, mas não tem de se verificar no concreto autor popular para conferir tal legitimidade. A ação popular traduz-se, pois, no alargamento da legitimidade processual ativa a todos os cidadãos, independentemente do seu interesse individual ou da sua relação específica com os bens ou interesse sem causa.

Nos termos do artigo 2.º da LAP, são titulares do direito de ação popular, de forma concorrente e autónoma:

- 1) Qualquer cidadão no gozo dos seus direitos civis e políticos;
- 2) Associações e fundações defensoras dos interesses previstos no artigo 1.º²⁹, independentemente de terem ou não interesses direto na demanda; e

²⁹ O artigo 1.º da LAP dispõe, sob a epígrafe «âmbito da lei» que: «1 - A presente lei define os casos e termos em que são conferidos e podem ser exercidos o direito de participação popular em procedimentos

- 3) Autarquias locais em relação aos interesses de que sejam titulares residentes na área da respetiva circunscrição.

Relativamente à legitimidade atribuída às associações e fundações, o princípio da especialidade exige a conexão entre os fins estatutários daquelas e os interesses que, com a ação coletiva, se pretende prevenir ou fazer cessar. Nos termos do artigo 3.º da LAP constituem requisitos da legitimidade ativa das associações e fundações (1) a personalidade jurídica, (2) a inclusão expressa nas suas atribuições ou nos seus objetivos estatutários da defesa dos interesses em causa no tipo de ação de que se trate e (3) o não exercício de qualquer tipo de atividade profissional concorrente com empresas ou profissionais liberais. O artigo 14.º da LAP dispensa o mandato ou a autorização expressa, não sendo necessário ao juiz português apreciar casuisticamente, em face das circunstâncias, a real representatividade do autor popular. O juiz pode, no entanto, indeferir a petição inicial, caso entenda ser manifestamente improvável a procedência do pedido (artigo 13.º da LAP). De referir ainda que, nos termos do artigo 4.º, n.º1, alínea b) do Regulamento das Custas Processuais (RCP), qualquer pessoa, fundação ou associação, quando exerça o direito de ação popular nos termos da Constituição e da LAP, está isenta do pagamento de custas, a não ser que se conclua pela manifesta improcedência do pedido ou quando a respetiva pretensão for totalmente vencida.

Sobre a produção da prova, na ação popular o juiz assume uma intervenção ativa, uma vez que, nos termos do artigo 17.º da LAP, compete-lhe a ele a iniciativa própria em matéria de recolha de provas, sem vinculação à iniciativa das partes, no âmbito das questões fundamentais por estas definidas.

administrativos e o direito de ação popular para a prevenção, a cessação ou a perseguição judicial das infrações previstas no n.º 3 do artigo 52.º da Constituição.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, são designadamente interesses protegidos pela presente lei a saúde pública, o ambiente, a qualidade de vida, a proteção do consumo de bens e serviços, o património cultural e o domínio público.»

Note: Some sites and legislation are only available in Portuguese.

ASSEMBLY OF THE REPUBLIC
Directorate of Documentation, Information and Communication Services
Legislative and Parliamentary Information Division

ECPRD Request 3897
Environmental Representative Action

1. Is it possible for non-governmental organizations which support the protection of the environment to have the lawfulness of decisions which may have an adverse effect on the environment (approvals of infrastructure projects, industrial plants etc.) reviewed by a court of law, even if their own rights are not violated by the decision?
2. Which non-governmental organizations are entitled to file such an action?
3. What measures may be challenged by the action?
4. What are the requirements for the action to be successful?
5. What are the provisions on the burden of proof?

NOTE: For methodological reasons, every question is answered together.

In Portugal, the status of environmental non-governmental organisations (ENGO) is established in Law no. 10/87, of 4 April 1987, and, pursuant to Article 2, they are associations with legal personality which have non-profit-making purposes, neither for themselves or their associates, and exclusively aim to protect and value the environment or natural heritage, as well as the conservation of Nature. Under the terms of Article 10, ENGOs, regardless of having a direct interest in the decision, have legitimacy to propose legal actions necessary to prevent, correct, suspend and cease

acts or omissions by public or private bodies which are or may be a degradation factor for the environment; take legal action, under the terms of the law³⁰, for the realisation of civil liability related to the above-mentioned acts and omissions; bring legal proceedings against the administrative acts and regulations infringing on the legal provisions that protect the environment; and lodge a complaint or claim, or become a civil party to criminal proceedings for crimes against the environment and follow the administrative offence proceedings, when necessary, by presenting memoranda, technical opinions, examination suggestions or other measures of inquiry until the proceedings are ready for a final decision. In these proceedings, ENGOs are exempt from costs, expenses and stamp duty owed on account of their intervention.

The right of actio popularis is enshrined in the [Constitution of the Portuguese Republic](#) of 1976, in Article 52(3), entitled “Right to petition and right of actio popularis”, which states:

“3. Everyone is granted the right of actio popularis, including the right to apply for the applicable compensation for an aggrieved party or parties, in the cases and under the terms provided for by law, either personally or via associations that purport to defend the interests in question. The said right may particularly be exercised in order to:

- a) Promote the prevention, cessation or judicial prosecution of offences against public health, consumer rights, the quality of life or the preservation of the environment and the cultural heritage;
- b) Safeguard the property of the state, the autonomous regions and local authorities.”

This article, which is included in the chapter on rights, freedoms and guarantees concerning participation in politics, lists, for instance, general interests in relation to which this actio popularis may be brought, in its preventive or reactive dimension. These

³⁰ Refers to the actio popularis Law.

general interests are, namely, the preservation of the environment. General interests, as social interests, arise and are developed in the Constitution, where they are protected, and the environment is an example of this, provided for in Article 66, which states:

Article 66

(Environment and quality of life)

1. Everyone has the right to a healthy and ecologically balanced human living environment and the duty to defend it.
2. In order to ensure the right to the environment within an overall framework of sustainable development, the state, acting via appropriate bodies and with the involvement and participation of citizens, is charged with:
 - a) Preventing and controlling pollution and its effects and the harmful forms of erosion;
 - b) Conducting and promoting town and country planning with a view to a correct location of activities, balanced social and economic development and the enhancement of the landscape;
 - c) Creating and developing natural and recreational reserves and parks and classifying and protecting landscapes and places, in such a way as to guarantee the conservation of nature and the preservation of cultural values and assets that are of historic or artistic interest;
 - d) Promoting the rational use of natural resources, while safeguarding their ability to renew themselves and ecological stability, with respect for the principle of inter-generational solidarity;
 - e) In cooperation with local authorities, promoting the environmental quality of rural settlements and urban life, particularly on the architectural level and as regards the protection of historic zones;
 - f) Promoting the integration of environmental objectives into the various policies with a sectoral scope;
 - g) Promoting environmental education and respect for environmental values and assets;
 - h) Ensuring that the fiscal policy renders development compatible with the protection of the environment and the quality of life.

Law no. 83/95 of 31 August 1995, on the right to procedural participation and *actio popularis*, generally known as the *Actio Popularis Law (LAP)*, applies within the scope of ordinary law.

Therefore, under the terms of Article 1(1) of the LAP, the right of *actio popularis* is aimed at the prevention, cessation or judicial prosecution of the offenses set out in Article 52(3) of the Constitution. Under the terms of Article 12 of the LAP, the *actio popularis* may be civil, taking, in this case, any of the forms laid down in the Code of Civil Procedure (CPC) or it may be administrative, taking any of the forms enshrined in the Code of Procedure for Administrative Courts (CPTA).

Article 31 of the CPC does not require the occurrence of personal injury or damage to property within the scope of the applicant for them to have legitimacy to defend the general interest. A threat or harm to the general interest is enough, but it does not need to occur in relation to the applicant for it to confer legitimacy. Therefore, the *actio popularis* results in the extension of active legal standing to every citizen, regardless of their individual interest or specific relation to the goods or interests in question.

Under the terms of Article 2 of the LAP, the following have the right of *actio popularis*, concurrently and autonomously:

- 4) Any citizen who is in full enjoyment of their civil and political rights;
- 5) Associations and foundations defending the interests laid down in Article 1³¹, regardless of having a direct interest in the action; and
- 6) Local authorities in relation to interests of residents in the area of their constituency.

³¹ Article 1 of the LAP, entitled “scope of the law”, establishes that: “1 – This law defines the cases and terms in which the rights of popular participation are granted and can be exercised in administrative procedures, as well as the right of *actio popularis* for the prevention, cessation or judicial prosecution of the offenses set out in Article 52(3) of the Constitution.

2 – Without prejudice to the provisions of the preceding paragraph, this law protects interests such as public health, the environment, the quality of life, the protection of the consumption of goods and services, cultural heritage and the public domain.”

Regarding the legitimacy attributed to associations and foundations, the principle of specialty requires a connection between their statutory purposes and the interests the collective action intends to prevent or cease. Under the terms of Article 3 of the LAP, the active legal standing requirements applicable to associations and foundations include (1) legal personality, (2) the explicit inclusion in their attributions or statutory objectives of the protection of the interests in question in the type of action pursued and (3) not exercising any kind of professional activity competing with companies or self-employed professionals. Article 14 of the LAP waives a mandate or express authorisation, and it is not necessary for the Portuguese judge to assess in each individual case, in light of the circumstances, the actual representativeness of the applicant. The judge may, however, immediately reject the initial petition, if he deems the request to be manifestly improbable (Article 13 of the LAP). It should also be noted that, pursuant to Article 4(1)(b) of the Regulation on Procedural Costs (RCP), any person, foundation or association, when exercising the right of *actio popularis* in accordance with the Constitution and the LAP, is exempt from the payment of costs, unless the request is manifestly unfounded or the respective claim is entirely defeated.

Regarding the collection of evidence, in the *actio popularis*, the judge assumes an active intervention, since, under the terms of Article 17 of the LAP, they are responsible for the own initiative in the taking of evidence, without connection to the initiative of the parties, within the framework of the fundamental issues defined by them.

Note: Some sites and legislation are only available in Portuguese.

Anexo II – Exemplo de tradução: Relatório do Grupo dos Doze Mais, União Interparlamentar, 16 outubro

Reunião do Grupo Geopolítico dos Doze Mais

MP Duarte Pacheco, Chair, deu as boas-vindas a todas as delegações e declarou aberta a reunião.

A agenda para a reunião foi adotada.

Ponto 3 - *Emergency Items*

MP Duarte Pacheco, Chair, pediu voluntários para o Draft Committee on the Emergency Item, ao qua se voluntariaram:

- **MP John Wilson (Australia)**
- **MP Jenny Marcoft (New Zealand)**

Ponto 4 - *Presentation of Morocco*

Apresentação da Reunião Parlamentar em Rabat, dias 6 e 7 de dezembro, relativa à *Declaração sobre o fortalecimento do regime global para migrantes e refugiados*, à margem da Conferência sobre Migrações.

Ponto 5 - *Presentation of the Meeting of the Group of Facilitators for Cyprus*

MP José Matos Rosa (Portugal), disse “Tive a honra de coordenar, a 14 outubro de 2018, uma reunião do Grupo de Facilitadores para o Chipre da União Interparlamentar, como um dos três facilitadores do grupo.

O Grupo oferece uma plataforma de diálogo aos membros da Câmara dos Representantes da República do Chipre e aos Representantes dos partidos políticos turcos-cipriotas, sobre os mais recentes desenvolvimentos nos esforços para alcançar uma solução para o problema prolongado de Chipre.

Assim gostaria de informar que a reunião foi realizada em uma atmosfera amigável e construtiva e que as partes manifestaram a sua disponibilidade para o diálogo e a troca de pontos de vista.

Durante a reunião foi reforçada a necessidade de se reiniciarem as negociações sob os auspícios das Nações Unidas. As partes sublinharam que uma solução funcional e viável

para o problema de Chipre, de acordo com resoluções pertinentes das Nações Unidas e os valores e princípios da União Europeia, beneficiaria todos os cipriotas.”

MP _____ (Cyprus), agradeceu ao facilitador para Chipre a reunião, e disse que tinha sido uma boa oportunidade para partilhar com os compatriotas a visão para o país. Referiu que têm grandes visões para o país que está dividido e que vão trabalhar com esforço para o benefício dos cipriotas.

MP _____ (Turkey), agradeceu a todos e disse que seria muito importante haver uma solução. Informou que há uns anos atrás houve um voto no Norte e no Sul da Ilha e que a Turquia tinha votado a favor e o Chipre contra. Declarou que a Turquia quer uma solução para este tão grande problema.

MP _____ (Cyprus), disse que têm todos os direitos na Ilha e que só existe um país reconhecido pela ONU. Declarou também que desejam um país unido.

Ponto 7 – Other Matters - Amendments

Relativamente a este assunto, a Suíça, a França e a Bélgica foram de opinião que se deviam retirar as Amendments anteriormente propostas pelo Grupo dos Doze Mais. Todos concordaram com a retirada.

Ponto 6 - Presentation of the President of IPU, MP Gabriela Cuevas

MP Gabriela Cuevas, Presidente da UIP, agradeceu a oportunidade por estar a falar para o Grupo dos Doze Mais e disse que pela primeira vez a Conferência de Presidentes dos Parlamntos iria acontecer fora de Nova Iorque porque existe o problema dos Vistos de entrada nos Estados Unidos da América e também porque as reuniões devem ir-se rodando entre os países.

Pedi para que o Grupo dos Doze Mais indicasse 5 Presidentes de Parlamento que estejam disponíveis para participar nas reuniões preparatórias, bem assim como se algum dos países dos Doze Mais está disponível para acolher a Conferência.

MP Nigel Evans (United Kingdom), disse que o United Kingdom gostava muito de poder acolher, mas que as verbas envolvidas são muito altas e que nesta altura o governo também está com alguns problemas políticos.

Sugeri que se verificasse a possibilidade de haver uma diminuição de custos para que o país com mais dificuldades também possa organizar uma Conferência deste género.

Todos estiveram de acordo com o facto de se reduzir custos na organização de conferências da UIP.

Os Presidentes de Parlamento disponíveis são:

- Chipre – House of Representatives – Mr Demetris Syllouris
- New Zealand – House of Representatives – Mr. Trevor Mallard
- Serbia – Ms Maja Gojkovic

A reunião terminou às 9:00 horas

Meeting of the Twelve Plus Geopolitical Group

MP Duarte Pacheco, Chair, welcomed all the delegations and declared the meeting officially open.

The meeting agenda was adopted.

Item 3 - *Emergency Items*

MP Duarte Pacheco, Chair, asked for volunteers for the Draft Committee on the Emergency Item, and the following MPs volunteered:

- **MP John Wilson (Australia)**
- **MP Jenny Marcoft (New Zealand)**

Item 4 - Presentation of Morocco

Presentation of the Parliamentary Meeting in Rabat, on 6 and 7 December, regarding the *Declaration on Strengthening the global regime for migrants and refugees*, on the margins of the Conference on Migration.

Item 5 - Presentation of the Meeting of the Group of Facilitators for Cyprus

MP José Matos Rosa (Portugal), stated “I had the honour of coordinating, on 14 October 2018, a meeting of the Inter-Parliamentary Union’s Group of Facilitators for Cyprus, as one of the three facilitators in the group.

The Group offers a dialogue platform for the members of the House of Representatives of the Republic of Cyprus and the Representatives of the Turkish-Cypriot political parties, on the most recent progress in the efforts to reach a solution for Cyprus’s long-standing problem.

Therefore, he would like to inform that the meeting was held in a friendly and positive environment and the parties expressed their willingness to dialogue and exchange points of view.

During the meeting, the need to resume negotiations on the auspices of the United Nations was stressed. The parties underlined that a functional and viable solution for Cyprus’s problem, in line with the relevant United Nations resolutions and the values and principles of the European Union, would benefit all Cypriots.”

MP _____ (Cyprus), thanked the facilitator for Cyprus for the meeting and said it had been a great opportunity to share his vision for the country with his compatriots.

He mentioned they have great prospects for the country, which is divided, and they will work hard for the benefit of the Cypriots.

MP _____ (Turkey), thanked everyone and stated that it would be of great importance to reach a solution. He stated that some years ago there was a vote on the North and South of the island and Turkey had voted in favour and Cyprus against. He declared Turkey wants a solution for this huge problem.

MP _____ (Cyprus), stated they have every right to the island and that there is only one country recognised by the UN. He also declared they want a united country.

Item 7 – Other Matters - Amendments

Regarding this matter, Switzerland, France and Belgium were of the opinion that the Amendments previously tabled by the Twelve Plus Group should be eliminated.

Everyone agreed.

Item 6 - Presentation of the President of IPU, MP Gabriela Cuevas

MP Gabriela Cuevas, President of the IPU, thanked the opportunity to speak to the Twelve Plus Group and stated that, for the first time, the Conference of Speakers of Parliament would be held outside New York due to the Visa issue to enter the United States of America and because the meetings should rotate between countries.

He asked the Twelve Plus Group to designate 5 Speakers of Parliament who are available to attend the preparatory meetings, as well as if any country in the Twelve Plus is willing to host the Conference.

MP Nigel Evans (United Kingdom), stated that the United Kingdom very much like to host, but the funds involved are much too high and, at this time, the Government also faces some political problems.

He suggested the possibility of a cost reduction should be considered, so that countries with greater difficulties would also be able to host such a Conference.

Everyone agreed with cutting the costs involved in organising IPU conferences.

The available Speakers of Parliament are:

- Cyprus – House of Representatives – Mr. Demetris Syllouris
- New Zealand – House of Representatives – Mr. Trevor Mallard
- Serbia – Ms Maja Gojkovic

The meeting ended at 09h00.

Anexo III – Exemplo de tradução: Legislação sobre o Regulamento das Regras e Procedimentos para Cedência de Espaços da Assembleia da República na Organização de Eventos Promovidos por Entidades Externas (2018)

Regulamento das Regras e Procedimentos para Cedência de Espaços da Assembleia da República na Organização de Eventos Promovidos por Entidades Externas

Documento aprovado pela Conferência de Líderes na reunião de 20 de janeiro de 2016¹

Artigo 1.º Princípios gerais

1. As instalações da Assembleia da República estão reservadas à atividade parlamentar.
2. A iniciativa para a realização de eventos compete aos órgãos e serviços da Assembleia da República.

Artigo 2.º

Cedência de espaços a entidades externas

1. O Presidente da Assembleia da República poderá autorizar a cedência de espaços, nas suas instalações, para a realização de eventos solicitada por entidades externas, designadamente eventos com enquadramento com a atividade parlamentar ou considerados de relevante interesse social e/ou cultural.
2. A cedência de espaços para a organização dos eventos previstos no número anterior poderá ainda ser solicitada por entidades sem fins lucrativos e instituições particulares de solidariedade social, organizações não-governamentais, organismos públicos e outras instituições, privilegiando-se aquelas com as quais a Assembleia da República haja estabelecido protocolos.
3. Os eventos a realizar nas instalações da Assembleia da República não podem ter objetivos comerciais, nem colocar em causa a dignidade da instituição parlamentar.
4. No âmbito destes eventos, não devem ser publicitadas ou promovidas empresas privadas ou marcas, nem realizadas quaisquer transações comerciais ou atividades similares, exceto se tal for expressamente autorizado pelo Presidente da Assembleia da República ou se a transação resultar do lançamento de uma edição.
5. A autorização do Presidente da Assembleia da República poderá ser precedida de parecer emitido pelas Comissões Parlamentares competentes em razão da matéria ou, nos casos de natureza predominantemente cultural, pelo Grupo de Trabalho para os Assuntos Culturais, quanto ao interesse, oportunidade e adequação de realização da iniciativa na Assembleia da República, podendo as Comissões manifestar a vontade de coorganizar o evento.

Artigo 3.º

Condições de cedência de espaços

1. Os pedidos de cedência de espaços parlamentares para a realização de eventos devem obedecer às seguintes condições:

1 O Regulamento das Regras e Procedimentos para Cedência de Espaços da Assembleia da República na Organização de Eventos Promovidos por Entidades Externas foi aprovado pela Conferência de Líderes na reunião de 20 de janeiro de 2016, e publicado no Diário da Assembleia da República na II Série E, n.º 9, de 26 de janeiro.

- a) A realização dos eventos não pode ter lugar em momentos coincidentes com o decurso de sessões plenárias;

- b) O pedido deve ser formulado pelo(s) proponente(s) efetivo(s) do evento e não por outras entidades em sua representação, nomeadamente empresas de comunicação;
- c) O pedido deve ser dirigido ao Presidente da Assembleia da República, com a antecedência mínima de 30 dias e deve conter uma descrição pormenorizada da iniciativa proposta, da qual constem os seguintes elementos:
 - i. identificação completa da entidade proponente, missão e objetivos;
 - ii. contextualização da iniciativa proposta (incluindo, quando aplicável, informações logísticas sobre a dimensão, volume e natureza dos itens a expor e anexando imagens ilustrativas);
 - iii. data(s) e horário(s) pretendidos para a realização do evento (incluindo eventuais dias/horários necessários para preparação do evento in loco);
 - iv. tipo de espaço pretendido para a realização da iniciativa, bem como projeto de programa;
 - v. lista de convidados e/ou oradores e número total de participantes previstos;
 - vi. Disponibilidade para suportar os custos com eventuais necessidades logísticas e com a contratação de meios técnicos associados à organização da iniciativa (apoio técnico, apoio audiovisual, registo fotográfico ou vídeo, decoração, serviço de refeições, tradução, interpretação, entre outros);
 - vii. Indicação de outros espaços/instalações que eventualmente sejam necessários para apoio à iniciativa (ex. uso de sala de apoio, acesso a espaços de refeição, entre outros);
 - viii. solicitação de abertura da iniciativa ao público em geral (critério que fica dependente do espaço solicitado e da presença obrigatória e permanente de elementos da organização que garantam o acolhimento do público e o seu constante acompanhamento nos espaços cedidos pelo Parlamento).
- d) Salvo autorização específica, os eventos organizados por entidades externas só podem ter lugar em dias úteis, o mesmo se aplicando aos dias eventualmente necessários para a preparação do evento;
- e) Todos os custos associados à organização de eventos promovidos por entidades externas, designadamente os referidos nos pontos vi e vii da alínea c), devem ser assumidos e suportados pelos respetivos organizadores;
- f) Se for aprovada a realização do evento na Assembleia da República, as entidades externas devem enviar uma declaração de responsabilização relativa ao uso dos espaços e equipamentos do Parlamento, em caso de danos ou acidentes, podendo a Assembleia da República solicitar que seja contratado e enviada cópia da apólice de seguro de responsabilidade civil que cubra eventuais danos, perdas, acidentes, furtos ou equipamentos.

2. A Assembleia da República reserva-se o direito de:

- a) Autorizar a realização do evento em local distinto do solicitado se existir previsão de uso parlamentar do local na data e horário pretendidos, após avaliação da iniciativa em apreço e/ou caso se verifique que o número de participantes não justifica a utilização de determinada sala ou espaço;

b) Revogar, a qualquer momento, por motivos de segurança, a autorização concedida para realização do evento, ou autorizar nova data, por força de ulterior interferência com a atividade parlamentar ou por necessidade imperiosa de utilização do mesmo espaço no âmbito da atividade parlamentar ou ainda decidir que sejam retirados os itens expostos, materiais apresentados ou distribuídos, não havendo lugar ao

pagamento de qualquer indemnização ou obrigação de reembolso às entidades promotoras da iniciativa;

c) Cancelar, sem qualquer compensação por parte da Assembleia da República, a reserva do espaço, em caso de o evento vir a infringir as normas estabelecidas no presente documento.

3. A Assembleia da República declina toda e qualquer responsabilidade em caso de danos, perdas, acidentes ou furtos nos materiais, equipamentos ou itens expostos no âmbito de iniciativas promovidas por entidades externas, quer os mesmos ocorram nas instalações do Parlamento, quer durante o transporte de e para estas instalações.

Artigo 4.º Comunicação do evento

Toda a comunicação do evento deve ser efetuada em articulação e com o prévio conhecimento da Secretaria-Geral da Assembleia da República.

Artigo 5.º

Acesso, circulação e permanência nos espaços do Parlamento

O acesso, circulação e permanência de pessoas relacionadas com o evento a ter lugar na Assembleia da República – organizadores, oradores, convidados, participantes ou outros – devem limitar-se ao local (ou locais) expressamente autorizado(s) no âmbito da realização desse evento, devendo as mesmas exibir permanentemente a credenciação temporária concedida para o efeito.

Artigo 6.º Interpretação e integração de lacunas

Compete ao Presidente da Assembleia da República interpretar as dúvidas e integrar as lacunas do presente Regulamento.

Nota: Documento aprovado pela Conferência de Líderes na reunião de 20 de janeiro de 2016.

Regulations on the rules and procedures for providing areas of the Assembly of the Republic for the organisation of events by external bodies

Document approved by the Conference of Leaders at the meeting of 20 January 2016

Article 1

General principles

1. The premises of the Assembly of the Republic are reserved for parliamentary activity.
2. The initiative for holding events is the responsibility of the bodies and services of the Assembly of the Republic.

Article 2

Providing areas to external bodies

1. The President of the Assembly of the Republic may authorise the provision of areas of the Assembly of the Republic's premises for events requested by external bodies, namely events within the framework of parliamentary activity or those deemed to be of relevant social and/or cultural interest.
2. The provision of areas for the organisation of events laid down in the previous paragraph may also be requested by not-for-profit bodies and private charities, non-governmental organisations, public organisations and other institutions, with preference to those with which the Assembly of the Republic has established protocols.
3. The events to be carried out at the premises of the Assembly of the Republic may not have commercial purposes or call into question the dignity of the parliamentary institution.
4. Within the scope of these events, private companies and brands may not be advertised, nor may any commercial transactions or similar actions be performed unless expressly authorised by the President of the Assembly of the Republic or the transaction is the result of the launch of a publication.
5. Authorisation by the President of the Assembly of the Republic may be preceded by an opinion issued by the parliamentary committees with responsibility for the matter in question or, for predominantly cultural events, by the Working Group for Cultural Affairs, regarding the interest, timeliness and appropriateness of holding the initiative at the Assembly of the Republic, and the committees may express their will to co-organise the event.

Article 3

Conditions for providing areas of the Assembly of the Republic

1. Requests for the provision of areas of the Parliament for holding events shall meet the following conditions:

1 These Regulations were approved by the Conference of Leaders at the meeting on 20 January 2016 and published in the Journal of the Assembly of the Republic in 2nd Series E, no. 9, of 26 January.

- a) Events may not be held at times coinciding with plenary sittings;
- b) Requests shall be made by the actual proponent(s) of the event and not by bodies representing them, namely media/PR companies;
- c) Requests shall be addressed to the President of the Assembly of the Republic at least 30 days in advance and shall include a detailed description of the proposed initiative, including the following information:
 - i. full identification information of the proposing body, mission and objectives;
 - ii. contextualisation of the proposed initiative (including, when applicable, logistical information about the scale, volume and nature of the items to be exhibited and providing illustrative images);
 - iii. the desired date(s) and time(s) for the event to be held (including possible days/times for preparing the event on site);
 - iv. type of area desired for the initiative to be held, as well as the draft programme;
 - v. a list of attendees and/or speakers and the total number of participants expected;
 - vi. openness to bearing the costs of any logistical requirements and hiring technical staff connected to organising the initiative (technical support, audio-visual support, photography or video recording, decoration, meal services, translation, interpreting, etc.);
 - vii. information about other areas/facilities that may be necessary to support the initiative (e.g. use of a support room, access to dining areas, etc.);
 - viii. request for the initiative to be opened up to the general public (dependent on the space requested and the compulsory, constant presence of members of the organisation team to ensure that the public are met and accompanied within the areas provided by the Parliament).
- d) Unless specific authorisation is given, events organised by external bodies may only take place on working days, which also applies to days that may be needed to prepare the event;
- e) All the costs connected to the organisation of events by external bodies, namely those mentioned in points vi. and vii. of paragraph c), shall be covered by the relevant organisers;
- f) If approval is granted for the event to be held at the Assembly of the Republic, the external bodies shall send a disclaimer statement regarding the use of the Parliament's areas and equipment in the event of damage or accident, and the Assembly of the Republic may request that a civil liability insurance policy be taken

out, and a copy thereof sent to it, covering any possible damage, losses, accidents, thefts and equipment.

2. The Assembly of the Republic reserves the right to:

a) Authorise that an event be held at a place different from the one requested if it is foreseen that the place will be used for parliamentary purposes at the time and date intended, following assessment of the initiative in question and/or if the number of participants does not justify the use of a specific room or area;

b) Revoke authorisation granted to carry out the event at any time for security reasons, or authorise a new date due to subsequent interference with parliamentary activity or a pressing need to use the same area within the scope of parliamentary activity, or decide to remove exhibited items and presented or distributed materials, without having to pay any kind of compensation or having the obligation to reimburse the initiative's promoters;

c) Cancel, without any compensation on the part of the Assembly of the Republic, the reservation of the area if the event infringes the rules established in these Regulations.

3. The Assembly of the Republic declines any and all responsibility in the event of damage, loss, accident or theft of materials, equipment or exhibited items involved in the initiatives organised by external bodies, whether they take place at the Parliament's premises or during transport to and from the premises.

Article 4

Publicity for the event

All publicity for the event shall be made in cooperation with and with the prior approval of the Secretary-General of the Assembly of the Republic.

Article 5

Access, movement and presence in areas of the Parliament

The access, movement and presence of people related to the event taking place at the Assembly of the Republic – organisers, speakers, attendees, participants or others – shall be restricted to the place (or places) expressly authorised for the holding of that event, and such people shall always display the temporary accreditation provided for the purpose.

Article 6

Interpretation and remedying of omissions

It is the President of the Assembly of the Republic's responsibility to interpret doubts and remedy omissions in these Regulations.

Note: Document approved by the Conference of Leaders at the meeting of 20 January 2016.

Anexo IV – Exemplo de tradução: Ementa da reunião do Grupo dos 12+ no Funchal (24 setembro de 2018)

Jantar por ocasião da Reunião do Steering Committee
do Grupo Geopolítico dos 12 + da União Interparlamentar

24 de Setembro de 2018
Atlantic Restaurant - Funchal, Madeira

JANTAR

ENTRADAS

Bolo do Caco com Manteiga d'Alho
Peixinhos da Horta com Molho Tártaro
Carpaccio de Novilho com Rúcula e Parmesão
Lulinhas em Molho Cremoso de Mostarda Antiga com Coentros e Lima

PRATO PRINCIPAL

**Lombo de Bacalhau com Broa de Bolo do Caco e Chouriço, Húmus de Pimentos
Vermelhos e Batata-doce Assada.**

SOBREMESA

Bolo de Queijo com Molho de Baunilha e Frutos Vermelhos

Café ou Chás
Digestivo

Vinho Rosé “ D. Helena” – Setúbal, 2017
Vinho Branco “ Altano” – Douro, 2017
Tinto “Papa Figos” – Douro, 2016

Dinner on the occasion of the Steering Committee Meeting
of the Twelve Plus Group of the Inter-Parliamentary Union

24 September 2018
Atlantic Restaurant - Funchal, Madeira

DINNER

STARTERS

Bolo do Caco (Madeira traditional flatbread) with Garlic Butter
Deep fried Green Beans with Tartar Sauce
Veal *Carpaccio* with Rocket and Parmesan
Squids with Creamy Mustard Sauce, Coriander and Lime

MAIN COURSE

Cod Loins with chorizo and *Bolo do Caco* crumbs, Red Pepper Hummus and Roasted Sweet Potato.

DESSERT

Cheese Cake with Red Berries and Vanilla Sauce

Coffee or Tea

Digestives

Rosé Wine “D. Helena” – Setúbal, 2017

White Wine “Altano” – Douro, 2017

Red Wine “Papa Figos” – Douro, 2016

Anexo V – Exemplo de tradução: Carta para uma Notícia do jornal Público (20 setembro 2018)

CONVENÇÃO PT-SWE

A renegociação de uma convenção fiscal com Portugal:

Tudo por causa dos pensionistas suecos que nos últimos anos se mudaram para terras lusas, conseguindo ficar isentos de IRS nos dois países, à boleia das convidativas regras fiscais do regime português dos residentes não habituais.

O executivo sueco há muito que não disfarça o incómodo e, com as legislativas do próximo domingo à porta, a ministra das Finanças, Magdalena Andersson, deu ênfase há dias ao facto de ter puxado Portugal para as negociações.

Estocolmo parte com um argumento forte e uma ameaça evidente que força o Governo de Costa a ir a jogo: já avisou que se nada mudar passará a tributar os pensionistas no seu país, esvaziando incentivo do regime dos residentes não habituais.

Certo é que em Setembro as autoridades fiscais dos dois países vão avançar com consultas. E Lisboa não tem vantagem em que a Suécia aja unilateralmente, quando o objectivo sueco passa por alcançar uma nova convenção cujos detalhes técnicos impeçam que os reformados fiquem fiscalmente em terra-de-ninguém.

Na origem do problema está a combinação de dois instrumentos: o regime português dos residentes não habituais, e a convenção assinada em 2002 entre Portugal e a Suécia para evitar duplas tributações.

O primeiro prevê que os pensionistas que optem por mudar-se para Portugal (ficando aqui 183 dias por ano) e passem a ter residência podem beneficiar de um IRS de 0% relativamente às reformas que lhes são pagas pelo Estado de origem. A lei ressalva que isso acontece se a pensão for tributada no outro país de acordo com a convenção fiscal bilateral. E os problemas começam quando se cruzam estas regras com as da convenção. É que no caso da Suécia o acordo garante essa competência exclusivamente ao Estado da residência (Portugal), deixando Estocolmo de pés e mãos atadas para cobrar o IRS.

Ao PÚBLICO, o assessor de imprensa da ministra Andersson, Gosta Brunnander, confirmou que as negociações estão em curso mas mais nada quis adiantar.

Do lado português, o gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, confirma que foi “acordado um período de consultas técnicas” entre as administrações fiscais sueca e portuguesa para adaptar a convenção.

No fim, é preciso um acordo político e por isso não surpreende que, nesta altura, Andersson procure capitalizar o facto de ter conduzido Portugal à mesa das negociações, quando até o próprio ministro Mário Centeno já admitiu ser preciso encontrar uma “reposta política”.

A Suécia quer alcançar o que a Finlândia conseguiu: renegociar a convenção e ganhar margem para tributar.

A estratégia seguida não é distante. Helsínquia começou por renegociar a sua convenção em 2016, mas vendo que Portugal ainda não ratificou o texto (o MNE português continua a dizer que o processo “está em curso”), tomou uma decisão inédita decidindo aprovar o fim da actual convenção (a anterior à nova) com efeitos a 1 de Janeiro de 2019 se Portugal não ratificar o texto e nada disser até 1 de Dezembro deste ano (o que implicaria passar a tributar unilateralmente os seus pensionistas).

Em nove anos, três mil suecos escolheram Portugal para viver. Começaram por vir a conta-gotas e a partir do momento em que o regime fiscal se popularizou passaram a ser centenas por ano.

TREATY PT-SWE

The renegotiation of a tax Treaty with Portugal:

All this because of the Swedish pensioners who, in the later years, have moved to Portugal, being able to stay free from personal income tax in both countries, leaning on the welcoming tax rules of the Portuguese tax regime for non-habitual residents.

The Swedish executive has long stopped trying to hide the discomfort and, with next Sunday's general elections closing in, the Minister of Finance, Magdalena Andersson, emphasised the fact she pulled Portugal to the negotiating table some days ago.

Stockholm starts off with a strong argument and an evident threat that forces Costa's Government to take action, warning that if nothing changes Sweden will start taxing the pensioners in its country, emptying all the encouragement of the tax regime for non-habitual residents.

It is true that in September the tax authorities of both countries will proceed with consultations. Also, Lisbon does not benefit if Sweden acts unilaterally, since Sweden aims to reach a new Treaty the technical details of which prevent pensioners from staying in a tax no man's land.

At the root of the problem is a combination of two instruments: the Portuguese regime for non-habitual residents, and the Treaty signed in 2002 between Portugal and Sweden for the avoidance of double taxation.

The first predicts that the pensioners who opt to move to Portugal (staying 183 days per year) and become residents can benefit from a 0% IRS (personal income tax) in relation to the pensions paid to them by the State of origin. The law indicates this happens if the pension is taxed in the other country according to the bilateral tax convention. The problems begin when these rules are combined with the Treaty. In the case of Sweden, the Treaty ensures this is the exclusive responsibility of the State of residence (Portugal), leaving Stockholm hands tied to charge this tax.

The press consultant of Minister Andersson, Gosta Brunnander, confirmed to *PÚBLICO* the negotiations are ongoing but made no further comments.

From Portugal, the Office of the Minister for Foreign Affairs, Augusto Santos Silva, confirms that a period for technical inquiries was agreed between the Swedish and Portuguese tax authorities to adapt the Treaty.

Ultimately, a political agreement is needed and due to this it's not surprising that, at this time, Andersson looks to capitalise on the fact she drove Portugal to the negotiating

table, when even the Minister himself, Mário Centeno, has admitted that a “political answer” must be found.

Sweden wants to reach what Finland achieved: to renegotiate the Treaty and gain margin to tax.

The followed strategy isn't too far off. Helsinki began by renegotiating its Treaty in 2016, but since Portugal is yet to ratify the text (the Portuguese MFA continues to advocate that the process “is underway”), it made an unprecedented decision to approve the end of the current Treaty (prior to the new one) with effect from 1 January 2019 if Portugal does not ratify the text and says nothing until December 1st of that year (which would imply the unilateral taxation of their pensioners).

In nine years, three thousand swedes chose to live in Portugal. They started coming in dribs and drabs and from the moment the tax regime became widespread, there were hundreds per year.

Anexo VI – Exemplo de tradução: Legislação, Estatutos da ASG-PLP

Estatutos da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa

Artigo 1º

É instituída a Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP), adiante designada por Associação.

Artigo 2º

A Associação tem por objectivos, tendo presente as afinidades culturais que ligam os Países de Língua Portuguesa:

- a) promover o desenvolvimento da cooperação técnico-parlamentar comum;
- b) contribuir para a modernização das instituições parlamentares;
- c) facilitar o contacto pessoal e institucional dos seus membros;

Artigo 3º

1 - A Associação é constituída pelos Secretários-Gerais ou cargos equivalentes dos Parlamentos das Repúblicas de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Senado e Câmara de Deputados da República Federal do Brasil.

2 - Os Secretários-Gerais de outros Parlamentos de Língua Portuguesa podem, a qualquer momento, solicitar a adesão à Associação, que a apreciará na reunião subsequente à formulação do pedido.

3 - Podem também ser admitidos, com o estatuto de observadores, Secretários-Gerais de parlamentos de outros Países, desde que expressamente o solicitem e que a Associação, em reunião anual, aprecie as razões e enquadramento do pedido e, em consequência, delibere favoravelmente.

Artigo 4º

1 - A presidência da Associação é anualmente assegurada por um dos seus membros, que a assume pela ordem alfabética.

2 - A vice-presidência da Associação é anualmente assegurada pelo Secretário-Geral do país que no ano seguinte assumirá a presidência da Associação.

3 - O previsto nos números anteriores poderá ser pontualmente alterado por decisão dos membros.

Artigo 5º

1 - Os membros da Associação reúnem obrigatoriamente uma vez por ano e sempre que o entenderem útil.

2 - Na reunião anual são analisados, sem prejuízo de outros temas serem abordados:

a) o relatório de actividades da Associação;

b) o projecto de programa de actividades para o ano seguinte.

3 - As reuniões realizam-se no País a que pertence o Secretário-Geral que, nesse ano, preside à Associação, devendo a respectiva convocatória ser remetida com a antecedência mínima de sessenta dias.

4 - São da responsabilidade do Secretário-Geral que assume a presidência, a organização da reunião anual e o suporte dos encargos com o secretariado e as infra-estruturas.

5 - A constituição das delegações de cada parlamento e outras condições específicas serão acordadas com o Secretário-Geral que está no exercício da presidência da Associação.

6 - Em caso de impossibilidade de participar na reunião anual, qualquer membro da Associação pode fazer-se representar pelo seu substituto legal ou por um funcionário superior por si e para o efeito designado.

7 - Em cada reunião anual são aprovados, por unanimidade, um documento contendo as conclusões e um programa de actividades.

Artigo 6º

A Associação tem como linhas políticas orientadoras as que forem definidas pelo Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa.

Artigo 7º

A Associação mantém relações preferenciais com a UNIÃO INTERPARLAMENTAR (U.I.P), através da Associação dos Secretários Gerais dos Parlamentos criada no seu âmbito.

Artigo 8º

1 - As alterações a estes Estatutos só poderão ser introduzidas por comum acordo dos seus membros.

2 - Os membros interessados em introduzir eventuais alterações aos presentes Estatutos enviarão por escrito ao Secretário-Geral, que estiver no exercício da presidência, uma notificação, contendo as propostas de emenda.

3 - As propostas de alterações aos Estatutos da Associação deverão ser enviadas até trinta dias antes da reunião anual.

Artigo 9º

Os estatutos da Associação entram em vigor após homologação pelos Presidentes dos Parlamentos referidos no número um do artigo 3º.

Statutes of the Association of Secretaries-General of Portuguese-Speaking Parliaments

Article 1

The Association of Secretaries-General of Portuguese-Speaking Parliaments (ASG-PLP) shall be established and is hereinafter referred to as “the Association”.

Article 2

Taking into account the current cultural affinities connecting Portuguese-Speaking Countries, the objectives of the association are:

- a) To promote the development of joint technical and parliamentary cooperation;
- b) To contribute to the modernisation of parliamentary institutions;
- c) To facilitate personal and institutional contacts among its members;

Article 3

1 - The Association is composed of the Secretaries-General or of equivalent office holders of the Parliaments of the Republics of Angola, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique, Portugal, São Tomé and Príncipe, Timor-Leste, and of the Congress and Chamber of Deputies of the Federal Republic of Brazil.

2 - The Secretaries-General of other Portuguese-Speaking Parliaments may, at any moment, apply for membership in the Association, and the application shall be appraised in the following meeting of the Association.

3 - The Secretaries-General of Parliaments from other countries may also be admitted with the status of observers if they submit an explicit request and the Association issues a favourable decision after analysing the reasons and the framework of the request during its annual meeting.

Article 4

1 - The presidency of the Association shall be exercised on an annual basis by one of its members, in alphabetical order.

2 - The vice-presidency of the Association shall be exercised on an annual basis by the Secretary-General of the country taking over the presidency of the Association in the following year.

3 – The provisions of the previous paragraphs may be amended from time to time by decision of the members.

Article 5

1 - The members of the Association shall necessarily meet once per year and when deemed appropriate.

2 - Without prejudice to other topics being discussed, the following items shall be analysed in the annual meeting:

- a) The activity report of the Association;

b) The draft programme of activities for the following year.

3 – The meetings shall take place in the Country of the Secretary-General who presides over the Association in that year, and the respective notice shall be sent no later than sixty days in advance.

4 - The Secretary-General taking over the presidency is responsible for organising the annual meeting and bearing the expenses related to the secretariat and infrastructures.

5 - The setting up of delegations of each Parliament and other specific conditions shall be agreed with the Secretary-General exercising the presidency of the Association.

6 - In case of impossibility of attending the annual meeting, any member of the Association may be represented by their legal substitute or by a senior office holder designated by them for that purpose.

7 - A document including the conclusions and a programme of activities shall be unanimously approved in every annual meeting.

Article 6

The policy guidelines of the Association shall be established by the Forum of Portuguese-Speaking Parliaments.

Article 7

The Association has preferential relations with the Interparliamentary Union (I.P.U) through the Association of Secretaries-General of Parliaments created within its scope.

Article 8

1 - These Statutes may be amended only by common accord of the members.

2 - The members who intend to amend these Statutes shall send a written notice containing the amendment proposals to the Secretary-General exercising the presidency.

3 - The proposed amendments to the Statutes of the Association must be sent no later than thirty days prior to the annual meeting.

Article 9

The Statutes of the Association shall enter into force after ratification by the Speakers of the Parliaments mentioned in Article 3(1).

Anexo VII – Exemplo de tradução: Parecer sobre rede transeuropeia transportes pela Comissão de Assuntos Europeus

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

PARECER

COM (2018)277 final

Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a medidas para facilitar a realização da rede transeuropeia de transportes

I. Nota preliminar

Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, e pela Lei n.º 18/2018, de 2 maio, bem como da Metodologia de escrutínio das iniciativas europeias em 1 de março de 2016, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de acompanhamento da União Europeia, a Assembleia da República recebeu a “Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a medidas para facilitar a realização da rede transeuropeia de transportes”.

Atento o seu objeto, a iniciativa em apreço, foi enviada à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas que procedeu ao restivo escrutínio.

O presente Parecer destina-se a analisar a observância do princípio da subsidiariedade, nos termos previstos no Protocolo n.º 2 relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, anexo ao Tratado da União Europeia (TUE) e ao Tratado do Funcionamento da União Europeia (TFUE).

II. Do objeto, conteúdo e motivação da iniciativa

A COM (2018) 277 final refere-se a uma Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que se integra no terceiro pacote “Europa em Movimento” que a Comissão adotou no seguimento da Estratégia de Mobilidade Hipocarbónica, cujo objetivo consiste em tornar mais segura e acessível a mobilidade europeia, reforçar a competitividade da indústria europeia, assegurar a redução da poluição e uma melhor adaptação e combate às alterações climáticas.

III. Base Jurídica

A Proposta baseia-se no artigo 172.º, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, que dispõe no seu título relativa às redes transeuropeias que, a “União contribuirá para a criação e o desenvolvimento de redes transeuropeias nos setores das infraestruturas dos transportes, telecomunicações e energia”. Assim, o objetivo é aproximar as disposições dos Estados-Membros e garantir a aplicação de regras não discriminatórias e coerentes na União.

IV. Princípio da subsidiariedade

As definições gerais dos conceitos de subsidiariedade e de proporcionalidade encontram-se no artigo 5.º do Tratado da União Europeia. O Protocolo 2 do Tratado fornece as indicações mais pormenorizadas relativamente à aplicação destes dois princípios.

A subsidiariedade constitui um princípio diretor para a definição da fronteira entre as responsabilidades dos Estados-membros e da União Europeia, ora, os processos de concessão de licenças divergem entre os Estados-Membros no que se refere ao número de licenças necessárias e às decisões a obter, por isso, a rede só pode ocorrer se funcionar como um todo.

A União só deve intervir se os objetivos da ação prevista puderem ser suficientemente realizados pela ação dos Estados-membros (condição da necessidade) e se puderem ser mais adequadamente realizados por meio de uma ação da União (condição do valor acrescentado ou da eficácia comparada). A presente proposta visa oferecer uma resposta proporcional às matérias identificadas.

V. Considerandos sobre a Proposta

O Relatório apresentado pela Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, foi aprovado e reflete o conteúdo da iniciativa em detalhe.

Assim sendo, deve dar-se por integralmente reproduzido, e desta fora evita-se a repetição redundante da análise.

VI – Conclusões/Parecer

Em face do exposto, A Comissão de Assuntos Europeus é de Parecer que:

1. Nos termos do Parecer da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, cujos considerandos se adotam como considerandos também no presente parecer, são suscitadas dúvidas sobre o cumprimento do princípio da subsidiariedade nos seguintes termos:

“1. Atentos os objetivos da presente iniciativa, a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, conclui que existem fundadas dúvidas quanto ao integral cumprimento do princípio da subsidiariedade e da proporcionalidade, na medida em que

- a) a União Europeia apenas pode legislar para alcançar resultados que não poderiam ser atingidos a nível local, mas sem poder retirar competências aos

Estados e sem violar a soberania dos Estados-Membros e as normas constantes nas respetivas Constituições;

- b) o objetivo a alcançar não justifica nem deve implicar a determinação de regras de funcionamento interno e organizativo de instituições nacionais, seja no caso vertente em matéria de processo de licenciamento e respetivo quadro normativo;
- c) não se afigura nem é demonstrada como necessária a criação de mecanismos de controle sistemático e exaustivo, a nível da legislação da UE, sobre procedimentos nacionais de planeamento e licenciamento de infraestruturas.

2. Pelo exposto e de acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas considera que carecem de reformulação ou eliminação as disposições constantes da Proposta COM(2018)277 que nalguma medida extravasem o princípio da subsidiariedade, designadamente os artigos 4.º, 5.º e 6.º,

3. Face ao exposto, e no que concerne às questões suscitadas, a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas pronuncia-se pelo prosseguimento do escrutínio da presente iniciativa, nomeadamente através da troca de informação com o Governo, e remete o presente relatório, para os devidos efeitos, à Comissão de Assuntos Europeus.”

2. A Comissão de Assuntos Europeus considera ver satisfeito o princípio da subsidiariedade, não obstante as dúvidas suscitadas pela Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas e citadas no presente relatório, e é de parecer que deve prosseguir o acompanhamento da proposta de regulamento.

VI – Anexo

Nota Técnica elaborada pelos serviços;

Relatório da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas.

Declaração de Voto do Deputado Relator

Palácio de S. Bento, 18 de julho de 2018

O Deputado Relator

P/A Presidente da Comissão

EUROPEAN AFFAIRS COMMITTEE

OPINION

COM (2018)277 Final

Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on streamlining measures for advancing the realisation of the trans-European transport network

III. Introductory Remark

According to Article 7 of Law no. 43/2006, of 25 August, as amended by Law no. 21/2012, of 17 May, and Law no. 18/2018, of 2 May, as well as to the Procedure for Scrutiny of European Initiatives of 1 March 2016, on monitoring, assessment and pronouncement by the *Assembleia de República* within the scope of the process of constructing the European Union, the *Assembleia da República* received the “Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on streamlining measures for advancing the realisation of the trans-European transport network”.

Given its subject-matter, this initiative was sent to the Committee on Economics, Innovation and Public Works which carried out the scrutiny.

This Opinion aims to examine the observance of the principle of subsidiarity, in accordance with Protocol (No. 2) on the application of the principles of subsidiarity and proportionality, annexed to the Treaty on European Union (TEU) and the Treaty on the Functioning of the European Union (TFEU).

IV. About the subject-matter, content and motivation of the initiative

COM (2018) 277 final is a Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council which is included in the Third "Europe on the Move" Package adopted by the Commission following the Low-Emission Mobility Strategy, the aim of which is to make European mobility safer and more accessible, European industry more competitive, and to be cleaner and better adapted to the imperative of tackling climate change.

III. Legal Basis

The Proposal is based on Article 172 of the Treaty on the Functioning of the European Union, which provides in its title on trans-European networks that “the Union shall contribute to the establishment and development of trans-European networks in the areas of transport, telecommunications and energy infrastructures”. Therefore, the objective is to approximate the provisions of the Member States and ensure the implementation of non-discriminatory and coherent rules in the Union.

IV. Principle of subsidiarity

The general definitions of the concepts of subsidiarity and proportionality can be found in article 5 of the Treaty on European Union. Protocol 2 of the Treaty provides more detailed information regarding the implementation of these two principles.

Subsidiarity is a guiding principle for setting the boundary between the responsibilities of the Member States and the European Union; however, permit granting procedures differ greatly across Member States in terms of the number of permits necessary and decisions to be obtained and, for that reason, the network can only properly function as a whole.

The Union must only intervene if the objectives of the envisaged action can be sufficiently achieved by the Member States (necessity test) and if they can be more adequately achieved by means of an action at Union level (value-added test or compared effectiveness). This proposal aims to offer a proportionate response to the matters identified.

VI. Recitals of the Proposal

The Report presented by the Committee on Economics, Innovation and Public Works was approved and reflects the content of the initiative in detail.

Therefore, it must be reproduced in its entirety, thus avoiding repetition and redundancy in the analysis.

VI – Conclusions/Opinion

In light of the above, the European Affairs Committee is of the Opinion that:

1. In accordance with the Opinion of the Committee on Economics, Innovation and Public Works, the recitals of which are adopted as recitals in this opinion as well, doubts are expressed about the compliance with the principle of subsidiarity in the following terms:

“1. Bearing in mind the objectives of this initiative, the Committee on Economics, Innovation and Public Works concludes there is reasonable doubt regarding the full compliance with the principle of subsidiarity and proportionality in the sense that

- d) the European Union can only legislate to reach results that could not be achieved at local level, without being able to take competences away from States and without infringing on the sovereignty of Member States and the rules laid down in the respective Constitutions;
- e) the aim does not justify and should not imply establishing organisational and internal operating rules of national institutions, either in this case regarding the permitting process or its legal framework.
- f) The setting up, in EU legislation, of mechanisms for systematic and extensive control of national procedures for infrastructure planning and permitting is not envisaged and was not proven necessary.

2. In view of the above and according to Article 3(2) of Law no. 43/2006, of 25 August, as amended by Law no. 21/2012, of 17 May, the Committee on Economics, Innovation and Public Works believes the provisions of Proposal COM(2018)277 which, to some extent, go beyond the principle of subsidiarity, namely articles 4, 5 and 6, need to be redrafted or eliminated;

3. In light of the aforementioned, and in what concerns the issues raised, the Committee on Economics, Innovation and Public Works is in favour of continuing the scrutiny of this initiative, namely through the exchange of information with the Government, and sends this report, for all due purposes, to the European Affairs Committee.”

2. The European Affairs Committee considers the principle of subsidiarity is satisfied, notwithstanding the doubts raised by the Committee on Economics, Innovation and

Public Works and cited in this report, and is of the opinion that it should continue to follow the proposal for a regulation.

VI – Annex

Technical note drawn up by the services;

Report by the Committee on Economics, Innovation and Public Works.

Explanation of vote by the Member acting as Rapporteur

Palácio de S. Bento, 18 July 2018

Member acting as Rapporteur

The Chair of the Committee

Anexo VIII – Exemplo de tradução: Carta para a AP-OSCE (26 setembro)

Caro Lord

Tal como havia prometido, envio uma breve nota sobre a minha proposta de criação de um Fórum da Sociedade Civil. De modo a tornar mais clara a ideia, respondendo às questões que este ponto levantou e que não houve tempo para debater na nossa última reunião.

O que se pretende é criar um modo mais organizado de auscultação da sociedade, civil através das suas organizações, colocando termo ao modo caótico e, muitas vezes pouco produtivo, como decorre a panóplias de side events organizados na margem das reuniões plenárias da AP OSCE, sem garantir condições condignas de participação dos parlamentares.

Esta ideia surge do reconhecimento da importância de uma cada vez maior interacção e reconhecimento mútuo, entre a AP OSCE e a sociedade civil.

O Fórum da Sociedade Civil da AP OSCE serve à concertação, articulação, participação, parceria e diálogo da sociedade civil com a AP e com as delegações dos diferentes países que a compõem.

Com este documento, pretendo detalhar mais a ideia sem forçar a sua aceitação e implementação, porque percebo bem que a mesma cause alguma apreensão e levante aparentes dificuldades práticas.

Menciono, ainda, que as soluções que aqui apresento são fortemente inspiradas no exemplo do Fórum da Sociedade Civil da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Membros

Poderão ser membros do Fórum da Sociedade da AP OSCE, organizações da sociedade civil dos estados-parte da OSCE, às quais é dado esse estatuto no quadro das respectivas legislações nacionais.
As organizações que integrem o Fórum devem apresentar anualmente os relatórios de actividades e de contas aprovados pelos órgãos estatutários competentes para comprovar a sua actividade.

Órgãos do Fórum da Sociedade Civil

Assembleia Geral - composta por todas as organizações da Sociedade Civil dos estados-parte que sejam membros do Fórum

Mesa da Assembleia Geral - composta por Presidente, Vice-Presidente e Relator, eleitos de entre os seus membros.

Secretariado Técnico - composto por cinco representantes escolhidos de entre os membros do Fórum, devendo um ter sede na cidade onde estiver instalado o Secretariado Internacional da AP OSCE.

Cabe ao Secretariado Técnico a organização das reuniões e deve funcionar em articulação com o Secretariado Internacional da AP OSCE no que diz respeito ao acompanhamento das reuniões da AP OSCE.

Reuniões

A assembleia geral reúne uma vez por ano, em Viena, no Hofburg, antes da reunião plenária de inverno.

A periodicidade de reunião deve ser de uma por ano (duração de 1 a 2 dias) nas vésperas da reunião plenária de inverno, em Viena, da qual deve sair uma Declaração Final a ser apresentada à AP OSCE pelo Presidente do Fórum na reunião plenária da AP.

Financiamento

O financiamento da actividade do Fórum da Sociedade Civil AP OSCE é feito a partir da quotização dos seus membros que suportarão as despesas inerentes à sua participação nas sessões de trabalho do Fórum, independentemente da comparticipação que possa ser dada pelos diferentes estados ou entidades públicas.

Vinculação

A Declaração Final do fórum constitui uma forma organizada de participação não assumindo um carácter vinculativo.

Dear Lord

As promised, I am sending you a brief note on my proposal to create a Civil Society Forum. It aims to provide a clearer idea, answering the questions raised by this topic which weren't debated on our last meeting due to time constraints.

The aim is to create a more organised way to hear the views of civil society through its organisations, ending the chaotic and often unproductive way in which the many side events organised around the plenary sessions of the OSCE PA are carried out, without guaranteeing decent conditions for MP participation.

This idea emerges from the recognition of the importance of an increasing interaction and mutual recognition between the OSCE PA and civil society.

The Civil Society Forum of the OSCE PA strives for the consultation, coordination, participation, partnership and dialogue of civil society with the PA and with the delegations of the various participating States.

This document aims to further detail this idea without forcing its acceptance and implementation, since I do indeed understand it may cause some apprehension and raise apparent practical difficulties.

It should also be mentioned that the solutions presented here are strongly inspired by the example of the Civil Society Forum of the Community of Portuguese-Speaking Countries.

Members

Civil society organisations of OSCE participating States, recognised as such within the framework of their national legislation, may be members of the OSCE PA Civil Society Forum.

The organisations which integrate the Forum must annually submit activity and financial reports approved by competent statutory bodies in order to ascertain their activity.

Bodies of the Civil Society Forum

General Assembly – composed of all the civil society organisations of participating States which are members of the Forum.

Bureau of the General Assembly – composed of the President, Vice-President and Rapporteur, elected from amongst its members.

Technical Secretariat – composed of five representatives selected from the members of the Forum. One of the representatives must be based in the city where the OSCE PA International Secretariat is located.

The Technical Secretariat is responsible for organising meetings and must work in cooperation with the OSCE PA International Secretariat with regard to following OSCE PA meetings.

Meetings

The General Assembly convenes once a year, in Vienna, at the Hofburg, prior to the Winter Meeting plenary session.

Meetings should be held once a year (for 1-2 days) on the eve of the Winter Meeting plenary session, in Vienna, and should result in a Final Declaration to be presented to the OSCE PA by the President of the Forum at the PA plenary session.

Funding

The funding for OSCE PA Civil Society Forum's activities is provided through membership fees which will cover expenses related to participation in the Forum's working sessions, regardless of co-funding possibly provided by various States or public bodies.

Binding nature

The Forum's Final Declaration is an organised way of participation and it is of a non-binding nature.